

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

KENIA TOLENTINO SANTOS

CAJUN ROMÃO SOB O OLHAR DOS USUÁRIOS E FAMILIARES

VITÓRIA
2015

KENIA TOLENTINO SANTOS

CAJUN ROMÃO SOB O OLHAR DOS USUÁRIOS E FAMILIARES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof.^a Camila Lopes Taquetti

VITÓRIA
2015

KENIA TOLENTINO SANTOS

CAJUN ROMÃO SOB O OLHAR DOS USUÁRIOS E FAMILIARES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof.^a Camila Lopes Taquetti- Orientadora

Prof. Aline Fardin Pandolfi- (FCSES)

Prof. Jaqueline Silva- (FCSES)

Dedico este trabalho à Sr.^a Camem Tolentino Santos e ao Sr.^a Alomar Santos.

AGRADECIMENTOS

Venho agradecer primeiramente a Deus por ter me concedido força de vontade e sabedoria nessa caminhada rumo à conquista da conclusão da minha graduação.

À minha família por ter me incentivado e acreditado em mim nos momentos em que mais necessitei de apoio durante a graduação.

Aos amigos pela compreensão da minha ausência nos momentos de alegria em que eu não pude estar presente.

À minha Orientadora Camila Lopes Taquetti, que tanto me ajudou e motivou desde a minha experiência no Projeto de Extensão até o trabalho de conclusão de curso e aos demais professores que contribuíram na minha formação.

Só tenho agradecer a todos os desafios que surgiram na minha caminhada, pois me proporcionaram amadurecimento acadêmico e pessoal.

KENIA TOLENTINO SANTOS

“Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes”. Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo, denominado “Cajun Romão sob o olhar dos usuários e familiares” têm como objetivo geral analisar se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos contribui para o convívio e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários sob o olhar dos usuários e familiares. A pesquisa foi realizada neste Serviço e teve como objetivos específicos: Analisar a importância do SCFV Cajun Romão para os familiares, assim como identificar as fragilidades e potencialidades do mesmo, quanto ao equipamento, serviço prestado e atuação e analisar em que medida o conjunto de ações desenvolvidas no Cajun Romão vem contribuindo para atingir os objetivos de prevenção de riscos, promoção da convivência e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O estudo é de cunho descritivo com abordagem qualitativa, sendo a coleta de dados realizada com os sujeitos participantes através de entrevistas semi-estruturadas e grupo focal. Logo após, foi realizada análise dos dados através da interpretação das informações colhidas. Referente aos resultados da pesquisa espera-se que ele possibilite melhoras neste Serviço, pois esse tema é importante para os usuários, famílias, comunidade e profissionais que trabalham diretamente com estes usuários. Sendo assim, esse estudo possibilitou à pesquisadora conhecer a realidade do Serviço, e ampliar o seu conhecimento sobre esse tema tão importante.

Palavras-chave: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Cajun. Romão. Potencialidades. Fragilidades.

ABSTRACT

This study, called "Cajun Romao from the perspective of users and family" have as main objective to analyze the coexistence of Service and Links of Strengthening contributes to socializing and strengthening family and community ties from the perspective of users and families. The survey was conducted this service and had the following objectives: To analyze the importance of the Cajun scFv Romao for family members, as well as identify weaknesses and potential of it, for the equipment, service provided and performance and analyze to what extent the set of actions developed in Cajun Romao has contributed to achieving risk prevention goals, promoting coexistence and strengthening family and community ties. The study is of descriptive nature with qualitative approach with data collection conducted with the subjects participants through semi-structured interviews and focus groups. Soon after, the data analysis was performed through the interpretation of information gathered. Referring to the survey results it is expected that it enables improvements in this service, because this topic is important for users, families, communities and professionals who work directly with these users. Thus, this study enabled the researcher to know the reality of the Service, and expand your knowledge about this important issue.

Keywords: Living Services and Strengthening Linkages (scFv).Cajun. Romao. Potential. Weaknesses.

LISTA DE SIGLAS

BNDS- Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAIC- Centro de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente
CAJUN- Caminhando Juntos
CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social
Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECRIAD – Estatuto da Criança e do Adolescente
ES – Espírito Santo
FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FEBEM- Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Fórum DCA - Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
FMI- Fundo Monetário Internacional
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNABEM- Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
LA- Liberdade Assistida
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social
NOB/SUAS- Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/ SUAS- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
ONG – Organização Não Governamental
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento
PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento à Família
PMV – Prefeitura Municipal de Vitória
PT – Partido dos Trabalhadores

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNBEM- Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PRONAICA- Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

PSB-Proteção Social Básica

PSC- Prestação de Serviços à comunidade

PSE- Proteção Social Especial

SAM – Serviço de Assistência a Menores

SAM- Serviço de Assistência ao Menor

SAS- Secretaria de Assistência Social

SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEMAS- Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	23
2.1 HISTÓRICO DA POLÍTICA DIRIGIDA À INFÂNCIA E JUVENTUDE NO BRASIL.....	23
2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS DE 1990 E SUA RELAÇÃO COM A ATENÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.....	39
2.2.1 O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	47
3 METODOLOGIA.....	55
4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA.....	61
4.1 HISTÓRIO E ATUAL CONFIGURAÇÃO DO CAJUN ENQUANTO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA – ES.....	61
4.2 ANÁLISE DO SCFV CAJUN ROMÃO A PARTIR DO OLHAR DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO E FAMILIARES: SUA EQUIPE, SUA ESTRUTURA E PROPOSTAS SOCIOEDUCATIVAS, PARTICIPAÇÃO DOS FAMILIARES E CONVÍVIO FAMILIAR.....	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE A.....	89
APÊNDICE B.....	90
ANEXO A.....	91
ANEXO B.....	92

1 INTRODUÇÃO

A atual pesquisa, cuja temática é a Política de Assistência Social voltada à criança e o adolescente, em específico o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitário Cajun Romão, surgiu primeiramente da participação de um Projeto de Extensão Universitária no Serviço socioassistencial Cajun Romão, desenvolvido pelos cursos de Serviço Social, Enfermagem, Nutrição e Psicologia da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo no primeiro semestre de 2014.

Posteriormente, houve a participação em uma pesquisa de Iniciação Científica com o intuito de pesquisar sobre o Serviço Socioassistencial Cajun Romão com a pretensão de analisar esse serviço ofertado às crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em situação de vulnerabilidade e risco social dos territórios Romão, Forte São João e Cruzamento.

Nesse sentido, compreende-se que a pesquisa é uma atividade básica da ciência no seu questionamento e construção da realidade, esta sustenta a atividade de ensino e a atualiza diante das possíveis mudanças ocorridas na sociedade. Sendo assim, apesar da pesquisa estar vinculada ao campo teórico, ela também se torna mais rica com o pensamento e ação. E a realidade sociais sendo dinâmica e repleta de contradições e também riquezas a serem exploradas torna-se reconhecida como até mais complexa que a teoria (MINAYO; SANCHES, 1993).

Entende-se que é na academia que o discente tem a oportunidade de produzir conhecimento e a através dele contribuir para a sociedade em forma de serviços. Sendo assim, entende-se que os caminhos que contribuíram para concretização da pesquisa em questão foram o ensino, a pesquisa e extensão (SILVA; QUIMELLI, 2006).

Pela realidade do Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cajun Romão ser dinâmico, foi importante participar e se aproximar dessa realidade enquanto acadêmica de Serviço Social, principalmente no que tange o aprendizado e contato privilegiado com a instituição, com o público atendido e os profissionais, porém também despertou indagações e inquietações quanto ao desenvolvimento e as fragilidades desta política social.

Dessa forma, a intencionalidade da pesquisa foi analisar a contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cajun Romão para o convívio e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, levando em consideração as fragilidades e potencialidades desse serviço e analisando como o mesmo é visualizado pelos usuários e familiares.

O Caminhando Junto (Cajun) anteriormente conhecido como um projeto social, atualmente configura-se como um serviço socioassistencial denominado Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Tal serviço vincula-se ao nível de Proteção Social Básica (PSB) previsto pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2009). E esse serviço é administrado pelo Estado (Prefeitura Municipal de Vitória/ Secretaria de Assistência Social) juntamente com uma Organização Não Governamental (Instituto Gêneses), sendo um Serviço do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) localizado no território de abrangência do Cajun.

Diante disso, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p. 9) caracteriza o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, como:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

O público atendido por esse serviço são usuários da Política de Assistência Social, sendo crianças e adolescentes oriundos de famílias consideradas em situação de vulnerabilidade social em decorrência da condição de pobreza, do limitado e inexistente acesso a serviços públicos e sociais e da fragilidade de vínculos de pertencimento e sociabilidade [...] “residentes nos territórios de abrangência do CRAS” (BRASIL, 2009, p. 70).

Através da participação e observação, sobretudo, após a realização do Projeto de Extensão com o público atendido pelo Serviço e no andamento da Pesquisa sobre o mesmo, foi possível observar que o território de abrangência do Cajun Romão está

marcado pela exclusão social e territorial, diante da situação visível de pobreza e carência de equipamentos públicos que atendem as necessidades dos moradores e tendo a criminalidade e a violência presentes no cotidiano dos territórios em questão, que também pôde ser notado pelas falas do público usuário durante o desenvolvimento dessas atividades.

Essa realidade não está presente apenas nesse território, mas também em grande parte do município de Vitória, principalmente no que se refere à condição infantojuvenil pobre e negra, segmento da sociedade que vem sendo vítima de homicídio cada vez mais crescente e tendo seus direitos violados pelo Estado, família e sociedade (GARCIA et al, 2012).

Diante disso, o Cajun no intuito de prevenir violações de direitos, se coloca como possibilidade de assegurar a esse público a convivência grupal, a oferta de lazer e cultura, além de acompanhamento social para as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos no período do contraturno escolar.

A atividade de Extensão juntamente com a pesquisa possibilitou fazer um resgate histórico no intuito de compreender como era o atendimento público prestado a esse segmento e foi possível perceber que, como a maior parte das políticas sociais brasileiras, tem-se neste serviço uma realidade de escassez de recursos materiais e humanos, de precarização nas condições de trabalho, da incapacidade de atendimento da demanda reprimida, todavia, mesmo diante dessa precarização, propicia um grande prazer e identificação das crianças e adolescentes atendidos com este espaço e importante representatividade deste Serviço no território.

Sendo assim, o estudo buscou analisar em que medida o conjunto de ações desenvolvido no Cajun Romão vem contribuindo para atingir os objetivos de prevenção de riscos, promoção da convivência e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários previstos pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) por meio dos usuários do serviço e familiares, levando em consideração os desafios a serem enfrentados e as potencialidades existentes neste serviço.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esse item tem como proposta discutir sobre o processo de constituição do atendimento social prestado às crianças e adolescentes no Brasil, pois se entende que é fundamental realizá-lo para compreensão dos fatores socio-históricos que influenciaram a política social dirigida às crianças e adolescentes, caracterizando assim e de que forma isso ocorria.

Essa pesquisa tem como proposta discutir as fases que marcaram o atendimento social e público prestado a crianças e adolescentes brasileiros historicamente no Brasil, que em grande medida, privilegiavam ações pouco humanizadas, punitivas e coercitivas. Essa parte da história do país foi impiedosa e pode ser demarcada por fases características como: o infanticídio¹ disfarçado pela Roda dos Expostos e o atendimento repressivo prestado pelo Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs). A partir de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e diante da ampla defesa em torno dos direitos deste segmento, a criança e o adolescente passam a ser considerados sujeitos de direitos, conferindo a esta legislação específica e previsão de um conjunto de políticas sociais pautadas na garantia dos direitos de cidadania, ainda com aplicabilidade distante na real necessidade destes.

2.1 HISTÓRICO DA POLÍTICA DIRIGIDA À INFÂNCIA E JUVENTUDE NO BRASIL

No século XVIII e parte do século XIX era predominante a prática caritativa de zelar pelas crianças pobres, isso se concretizava no ato de recolher crianças órfãs e expostas, exemplo desse modelo foi a “Roda dos Expostos”². As instituições

¹ O infanticídio significa matança indiscriminada de recém-nascidos, ou seja, morte dada voluntariamente a uma criança sob a influência do estado puerperal, durante o parto ou logo depois (RIZZINI, 2008).

² Roda dos expostos foi uma instituição que acolhia crianças através de um mecanismo, em forma de tambor ou portinhola giratória, embutido numa parede e era construído de tal forma que aquele que expunha a criança não era visto por aquele que a recebia e impedia a identificação de quem ali as abandonava e recebia crianças enjeitadas fruto de gravidez indesejada (RIZZINI, 2008).

caritativas se expandiram para países católicos e, no Brasil, foram instituídas a partir de 1730, por meio das Santas Casas de Misericórdia³.

Em meados do século XIX a Roda dos Expostos foi criticada pela Faculdade do Rio de Janeiro, criando assim condições favoráveis para que intervenções de caráter filantrópico⁴ e privado, influenciados pelo movimento positivista e higienista, se expandissem no intuito de alinhar o Brasil ao cenário internacional que preservava os preceitos do movimento higienista em prol “da moral e dos bons costumes”. Essas mudanças aconteceram sob influência da passagem do período Imperial para a República, da sociedade escravocrata para a, supostamente, “sociedade livre” e de trabalhadores, período que proporcionou o estímulo ao patriotismo e começo da industrialização no Brasil e este contexto possibilitou também transformações culturais voltadas à infância (PASSONE; PEREZ, 2010).

Em meio às grandes transformações econômicas, políticas e sociais, que marcam a era industrial capitalista do século XIX, o conceito de infância adquire novos significados e uma dimensão social até então inexistente no mundo ocidental. A criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado.

Tendo em vista tais transformações ocorridas, nota-se que os interesses e responsabilidades em relação à infância por parte do Estado divergiam dos interesses observados no século XVIII que eram voltados para a caridade. Nota-se o interesse mais aguçado e diverso pela infância em comparação àquela do século anterior, fruto das novas concepções sobre a infância. A criança passa a ser percebida como a esperança da nação, ou seja, um ser em formação que, possivelmente, contribuiria para o futuro do país (RIZZINI, 2008).

Além disso, zelar pela infância era considerado uma atitude não vinculada à religião, sendo uma ação que ultrapassava as relações vinculadas à família e à caridade, para exercer zelo em nome da ‘paz social’ e da ordem. Segundo a lógica positivista do século XIX, vigiar a criança era importante para evitar que esta se corrompesse e colocasse em risco a ordem social. [...] “De acordo com a lógica evolucionista e

³ As Santas Casas de Misericórdia são irmandades que têm como missão o tratamento e sustento de enfermos e inválidos, além de prestar, dar assistência aos “expostos” recém-nascidos abandonados na instituição (RIZZINI, 2008).

⁴ Filantrópico é relativo à filantropia, ou inspirado nela (RIZZINI, 2008).

positivista da época, vigiar a criança para evitar que ela se desvie e isso é entendido como parte de uma *missão eugênica*⁵” (RIZZINI, p. 24, 2008).

No final do século XIX refletiram no Brasil mudanças de ordem social, política, econômica e cultural, ou seja, ecos das transformações mundiais. Existia uma expectativa de reformar o Brasil no que se refere a ter uma sociedade mais civilizada e higiênica. A expectativa era livrar o país do atraso e da ignorância para que se tornasse uma nação culta e civilizada, longe de qualquer possível transtorno ao Estado.[...] “A esse tempo de grandes mudanças estavam associados a problemas de difícil solução, que se seguiram ao processo de abolição da escravatura e Proclamação da República” (RIZZINI, 2008, p. 25). Diante disso, Rizzini (2008, p. 25) ressalta sobre a representação da criança do ponto de vista do Estado:

Por um lado, a criança simbolizava a esperança - o futuro da nação. Caso fosse devidamente educada ou, se necessário, retirada se seu meio (tido como enfermiço) e reeducada, ela se tornaria útil à sociedade. A medicina higienista com suas ramificações de cunho psicológico e pedagógico atuará no âmbito doméstico, mostrando-se eficaz na tarefa de educar as famílias a exercerem vigilância sobre seus filhos. Aqueles que não pudessem ser criados por suas famílias, tidas como incapazes ou indignas, seriam de responsabilidade do Estado.

Entretanto, a criança, a depender da condição social (de classe) também representou uma ameaça à sociedade, pois a inocência da criança foi questionada, passando a ser temida ou vista como delinquente, e assim entendia-se que deveria ser afastada dos caminhos que a corrompia, ou seja, das ruas e dos ambientes tidos como viciosos. Nessa perspectiva, no final do século XIX no Brasil, a criança com carência material e moral era reconhecida como filha da pobreza, situação considerada como uma problemática social a ser solucionada (RIZZINI, 2008).

Descobre-se, pois, na infância o potencial que se tinha em mãos. Identifica-se na criança a possibilidade de moldá-la para o bem (virtuosa) ou para o mal (viciosa). Esse potencial é evidenciado em declarações e publicações que compõe o discurso da elite intelectual e política da época. São abundantes os depoimentos de médicos, juristas, filantropos, moralistas, entre, outros, alarmados ante o visível descaso para com a infância desvalida. Eram vozes que apontavam a necessidade de atingir, sobretudo, a infância que se encontrava moralmente abandonada, até então sujeita à má influência de famílias viciosas ou entregues a instituições de caridade (RIZZINI, 2008, p. 27).

Nesse sentido, havia uma preocupação da elite burguesa no início do século XX com o que se tornariam as crianças, sobretudo as moralmente abandonadas. E, por

⁵ A missão eugênica tem como proposta regenerar ou melhoramento a raça humana (RIZZINI, 2008).

isso, os olhares eram voltados para esses, com o intuito de impedir as possíveis ameaças à sociedade.

Foi no início século XX que iniciou o processo de institucionalização da infância no Brasil com a influência da medicina, da justiça e da assistência pública, tendo crianças e adolescentes pobres e órfãos como sujeitos carentes que demandavam atenção e controle do Estado (PASSONE; PEREZ, 2010). Sobre o caráter das instâncias responsáveis pelo atendimento da infância em prol de “paz social” e do futuro da nação, Rizzini (2008, p. 26-27, grifos do autor) evidencia as mudanças ocorridas e indica seus propósitos:

Será da medicina (do corpo e da alma) o papel de diagnosticar na infância possibilidades de recuperação e formas de tratamento. Caberá à Justiça regulamentar a proteção (da criança e da sociedade), fazendo prevalecer a educação sobre a punição. À *filantropia* – substituta da antiga *caridade* – estava reservada a missão de prestar assistência aos pobres e *desvalidos*, em associação às ações públicas. A composição desses movimentos resultou na organização da Justiça e da Assistência (pública e privada) nas três primeiras décadas do século XX. Com discursos e práticas que nem sempre se harmonizavam entre si, a conexão jurídico-assistencial atuará visando um propósito comum: “*salvar a criança*” para transformar o Brasil.

Logo, compreende-se que existiu da parte da medicina uma busca pela “regeneração” e “cuidado” daquelas crianças que por ventura fugiam dos padrões da sociedade. E, cabia à Justiça educar esse segmento da sociedade através da coerção no intuito de manter a ordem social. A filantropia estava associada às ações públicas com objetivo atender às necessidades dos menos favorecidos e, paralelo a isso, a atuação através da junção jurídico-assistencial era desenvolver o país através da infância.

Diante disso, observa-se que o Brasil passava por um processo de rompimento com o passado colonial e, nessa lógica, o objetivo era salvar a criança para o futuro do país.

Entretanto, o discurso e a prática nem sempre eram coerentes e o movimento higienista, juntamente com os médicos, filantropos e os ideais positivistas dos militares pregavam a ordem e o progresso no intuito de preservar a sociedade contra a criminalidade e as crianças “desvalidas” que eram discriminadas e nomeadas como “menores”, possíveis atores de uma criminalidade temida. O discurso de “salvação da criança” se prosseguiu ao longo do século XX marcando o atendimento dado ao público infantojuvenil pelas instituições estatais, mas o verdadeiro objetivo era a preservação da “paz social” (PASSONE; PEREZ, 2010).

O ponto de partida que norteou a história das primeiras intervenções relacionadas ao público infanto-juvenil no começo do Brasil Republicano demonstrava um projeto repleto de proteção à infância, mas na realidade a preocupação estava mais voltada para defesa da sociedade contra possíveis transtornos (PASSONE; PEREZ, 2010).

O Estado incorporou o debate sobre a “salvação da criança” e sobre a “regeneração social”, alçando a criança a alvo das ações públicas e responsabilizando e punindo as famílias em relação aos cuidados à infância. A prevenção social e a elaboração de uma legislação específica, que permitisse a tutela do Estado e controle da sociedade, provocaram forte aliança jurídico-médico-assistencial organizada em torno do sistema de proteção ao “menor”.

Portanto, compreende-se que existia uma responsabilização e punição das famílias que não “cuidavam da sua prole”, uma vez que a “ausência de cuidados” e “valores familiares” não eram bem vistos pelo Estado e comprometia a “paz social” segundo o conservadorismo do início do século XX. Posteriormente seria promulgada uma legislação (Código de Menores de 1927) específica que respaldasse a intervenção do Estado sobre crianças e adolescentes pobres denominados como “menores” (PASSONE; PEREZ, 2010).

O 1º Congresso Brasileiro de Proteção à infância, realizado em 1920 foi um evento impulsionador à organização das ações em prol da proteção social da infância e da adolescência com a participação da sociedade, com a intenção da regulamentação da assistência e proteção ao segmento denominado de “menor” abandonado e/ou “delinquente”. Faleiros, citado por Passone e Perez (2010, p.655), destaca que nesta mesma década foi promulgado o [...] “Código de Menores de 1927 que adota a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como visão jurídica repressiva e moralista”.

Esta lei previa a criação de meios para acompanhar a saúde das crianças sob a inspeção médica, valorizando a higiene e a intervenção diante do abandono moral e físico de crianças, previa a retirada do pátrio poder⁶ dos pais caso não realizassem os cuidados entendidos como “corretos” dos seus filhos, previa-se ainda a internação dos ditos “menores” abandonados e a vigilância dos que cometiam infração penal (PASSONE; PEREZ, 2010).

⁶ O poder familiar (antes denominado pátrio poder), no direito brasileiro, traduz-se num conjunto de responsabilidades e direitos que envolvem a relação entre pais e filhos. Essencialmente são os deveres de sustento, guarda e educação, e mantém-se até os filhos atingirem a maioridade. No antigo Código Civil de 1916, quem exercia o poder sobre o filho era somente o pai, sendo denominado como pátrio poder (RIZZINI, 2008).

Pilotti et al (2011, p. 47- 48) explica qual era tipo de atendimento público direcionado à criança e o adolescente considerado “vadio” previsto pelo Código de Menores de 1927:

O vadio pode ser repreendido ou internado, caso a vadiagem seja habitual. O autor de infração terá prisão especial. O menor de 14 anos não será submetido a processo penal de espécie alguma (o que acaba com a questão do discernimento) e o que tiver idade superior a 14 anos e inferior a 18 anos terá processo penal especial instituindo-se também a liberdade vigiada [...].

Esta perspectiva de atendimento e/ou punição previsto no Código de Menores de 1927 expressava um caráter autoritário e coercitivo, bem como nomeava as crianças e adolescentes de “vadios” por violarem regras sociais. A atuação do Estado sobre a infância não se efetivava na forma de universalização de direitos e sim de exclusão e sem se desvincular de seu caráter autoritário.

Com isso, neste período é possível observar que o Estado quase não exercia o papel de agente regulador da área social, delegando para as instâncias coercitivas, “[...] que controlava, repressivamente, a questão social então emergente” (PEREIRA, 2002, p. 128).

Com a chegada da década de 1930 o Brasil passa por transformações no que tange ao processo de transição da economia agroexportadora para uma urbano-industrial, mudança do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil para a Ditadura do Estado Novo, sob o governo de Getúlio Vargas. Diante disso, a lógica do desenvolvimento econômico e social nesse período era de um Estado autoritário e as políticas sociais brasileiras foram utilizadas para alinhar a população trabalhadora ao projeto nacional do período (MENDES; COSTA, 1994).

Diante disso, compreende-se que o país vivenciou transformações marcantes no que tange a ideia conservadora de modernização⁷ da sociedade, ou seja, a expectativa era que a sociedade apoiasse essa lógica desenvolvimentista. O caráter do Estado Novo era grandiosamente autoritário e nacionalista e o seu objetivo era manter a ordem social. A Lei de Segurança Nacional de 1935 reprimia o crescimento dos movimentos políticos da esquerda e da direita e centralizava o poder decisório e administrativo no governo federal (PASSONE; PEREZ, 2010).

⁷ A essa ideia de modernização, compactuamos com a perspectiva discutida por José Paulo Netto, ao dizer que modernização conservadora é a contraface ideocultural problemática da maturação plena da ordem burguesa, envolvendo a totalidade da vida social: das atividades pelas quais o indivíduo se reproduz diretamente ao reproduzir indiretamente a sociedade [...] (NETTO, 2002, p. 304).

No contexto do movimento de 1930 e da instauração do golpe de 1937, sob a agenda de reformas do Estado, o Brasil organizava suas primeiras políticas sociais, nas quais eram reservadas atenções especiais à família e à infância, notadamente no campo da assistência social. Segundo Rizzini (1995, p. 136), para a Constituição de 1937, “a infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado”; cabe a ele assegurar-lhes medidas “destinadas ao desenvolvimento de suas faculdades”. Desse modo, o Estado proporcionaria um mínimo de condições institucionais para a preservação física e moral das crianças, e, concomitantemente, as famílias teriam o direito de “invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação de sua prole (Rizzini, 1995, p.136)” (RIZZINI apud PASSONE; PEREZ, 2010, p. 656).

Pois, entende-se que o Estado já começava a se organizar para atender as demandas desse segmento. Mas se tratando de um Estado conservador e autoritário, não se podem esperar grandes avanços em iniciativas que promovam o bem-estar e dignidade da criança e do adolescente.

No que tange o atendimento às crianças e adolescentes classificados como “delinquentes” e “desvalidos” pelo Estado, cria-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) em 1942 para prestar o atendimento. O SAM era um órgão do Ministério da Justiça que funcionava semelhantemente ao Sistema Penitenciário da época e tinha um caráter correcional-repressivo e seu atendimento era realizado através de reformatórios e Casas de Correção para adolescentes autores de infração penal. Entretanto, o SAM entrou em decadência, pois era conhecido como “universidade do crime” devido ao seu caráter desumanizante (MENDES; COSTA, 1994).

As críticas ao sistema vigente também começam a emergir tanto por parte de atores governamentais como da sociedade. Alguns juízes passam a condenar o SAM como fábrica de delinquentes, escolas do crime, lugares inadequados. O próprio Supremo Tribunal Federal, assim se pronunciou, na voz do Ministro Ribeiro da Costa: “O Supremo Tribunal Federal, por intermédio de seu Presidente, dirigir-se-á em ofício ao Senhor Presidente da República, comunicando-lhe que, nesta data, foi concedido *habeas corpus* ao menor C.M., por ter demonstrado que o SAM não tem condições necessárias para garantir a readaptação dos menores, mas que, ao contrário disso, como é notório, e segundo depoimento das autoridades as mais idôneas, esse estabelecimento tem contribuído para a formação de verdadeiro núcleo de criminosos, motivo por que o Supremo Tribunal Federal encarece ao Senhor Presidente da República que determine uma medida saneadora conforme Exposição de Motivos do Ministro Milton Campos, em 20/10/64, ao anteprojeto de lei que encaminhou ao Congresso Nacional criando a FUNABEM (PILOTTI; RIZZINI et al, 2011, p. 61).

Diante disso, compreende-se que havia uma preocupação não só porque o SAM era um órgão que desumanizava crianças e adolescentes pobres, mas havia um temor no que os mesmos se transformariam com esse tratamento inadequado e perverso prestado pelo Estado. Para exemplificar isto, Pilotti e Rizzini et al (2011) trazem um caso que teve uma grande repercussão nacional, que foi o caso do assassinato do

filho de 15 anos de idade de Odylo Costa (jornalista) por um egresso do SAM, em 9 de março de 1963, trazido pela imprensa e a revista O Cruzeiro.

Com a extinção do SAM foi visto a necessidade de um novo órgão que atendesse crianças e adolescentes em condição de pobreza, abandono e delitos. Sendo assim, a atuação do Estado foi guiada por duas legislações de direito da criança e do adolescente: a Lei 4.513/64 que instaurou a Política Nacional de Bem-Estar do Menor e a Lei 6.697/79 que previu o Código de Menores de 1979 que protegiam e controlavam os menores em situação irregular (MENDES; COSTA, 1994).

“De 1964 em diante, a questão da assistência à infância passou, como tantas outras coisas, para a esfera de competência do governo militar [...]” (PILOTTI; RIZZINI et al, 2011, p. 26). O governo militar visualizava a questão do menor em situação irregular como uma problemática a ser normalizada pela coerção cuja intenção era manter o país salvo de qualquer transtorno (PILOTTI; RIZZINI et al, 2011).

Nesse sentido, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) tiveram a missão de gerenciar todas as ações referentes à situação do menor irregular no Brasil. Havia um temor de que o número de “menores abandonados” aumentasse e se transformasse em “presa fácil” ao temido comunismo e as drogas, por esses serem considerados os inimigos do Estado autoritário, pois se entendia que colocavam em risco a ordem e progresso do país e a PNBEM e FUNABEM tomavam os “cuidados” necessários para que não ocorresse tal envolvimento e com isso as ações tomadas foram de [...] “controle autoritário e centralizado, tanto na formulação, quanto na implementação da assistência à infância, leia-se, aos “menores” enquanto problema social” (PILOTTI, RIZZINI et al, p. 27, 2011).

A FUNABEM e PNBEM potencializaram em larga escala a ideia de internação de menores em situação irregular no Brasil através das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs) que eram os órgãos executores da PNBEM em nível estadual. Essas deram continuidade e aperfeiçoaram o modelo de encarceramento de cunho repressivo previsto pelo SAM, embora tivessem objetivos de superação de tais práticas (PILOTTI; RIZZINI et al, 2011).

Em 1968 o governo brasileiro, contraditoriamente, firmou um acordo com o Fundo das Nações Unidas, pois o país vivia plena ditadura e assumiu formalmente as

normativas da Declaração Universal dos Direitos da Criança, mas o que ocorreria na prática era a aprovação de um novo Código de Menores, ainda mais repressivo (PASSONE; PEREZ, 2010).

O novo Código de Menores foi aprovado em 1979 e essa legislação era semelhante ao antigo Código de 1927, permanecendo a doutrina de situação irregular do “menor”, ou seja, a criança e o adolescente só eram tutelados pelo Estado quando “proporcionavam” algum perigo à sociedade (PASSONE; PEREZ, 2010).

Nos anos de 1980, foi crescente a organização de diferentes setores da sociedade em favor da liberdade e da democracia, entretanto, a economia mundial estava em crise e no país ocorria o desmonte do regime militar. No decorrer da década de 1980 existiram denúncias sobre o atendimento público prestado às crianças e adolescentes pobres, comprovando que esse segmento não tinha sequer direito à infância (PASSONE; PEREZ, 2010).

Como já visto, a década de 1980 foi marcada pelo descontentamento da sociedade com a ditadura militar e a favor da liberdade e democracia. Sendo reconquistados os direitos coletivos e individuais, o direito a organização partidária e popular e o direito político, tendo esse cenário evidenciado nas reivindicações pelas eleições diretas para presidente da República no período de 1984 e 1985. Paralelo a isso, também se pode visualizar a expressão da luta e organização política nacional e internacional em defesa dos direitos da infância e da adolescência (PASSONE; PEREZ, 2010).

A aprovação da Constituição Federal de 1988 possibilitou então a instituição de algumas ordenações legais respaldadas nos direitos sociais e um deles foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990). Os artigos 227, 228 e 229 da Constituição reconhecem a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e de proteção integral (PASSONE; PEREZ, 2010).

No ano de 1988 uma importante organização foi criada no sentido de promover e centralizar a organização e fortalecer a luta pelos direitos do segmento infantojuvenil no país, sendo este o Fórum DCA - Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (LONGO, 2010).

O Papel do Fórum DCA era pressionar a sociedade e os constituintes para a urgência na mudança da legislação, denunciar a violência contra a criança (combate aos grupos de extermínio), formar e informar a opinião pública frente às questões da infância na nova Constituição (LONGO, 2010, p. 3).

Logo, compreende-se a importância do Fórum DCA no que tange a força que esta organização tinha ao pressionar o Estado por uma legislação que de fato proporcionasse às crianças e adolescentes brasileiros proteções contra todas as formas de negação ou violação de direitos.

No Brasil, como expressão deste contexto tem-se, em 1990, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que substituiu o Código de Menores de 1979, o que demarcou um “divisor de águas” no que diz respeito à apreensão jurídica deste segmento. A partir de então, não mais eram encarados como pessoas em situação irregular, mas sim como sujeitos de direitos, tendo o Estado, a família e a sociedade a responsabilidade de zelar pelo bem-estar dos mesmos. E o termo menor passou a ser extinto, pois já não se adequava à nova legislação vigente.

O ECA dispõe e especifica sobre um conjunto de direitos e prevê a constituição e organização de um Sistema de Garantia de Direitos para o segmento infanto-juvenil.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

[...]

Art. 86º. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (BRASIL, 2015a).

Logo, confirma-se que essa legislação moderna foi um “divisor de águas” para a proteção integral de crianças e adolescentes, uma vez que foi uma conquista ter uma legislação que não entende como sujeitos de direitos apenas as crianças órfãs, abandonadas ou adolescentes em conflito com a lei, mas sim toda criança e

adolescente do país. Mas, ainda na contemporaneidade, mesmo com essa legislação inovadora em vigor, ainda vemos a omissão e perpetuação de violações de direitos de crianças e adolescentes por parte do Estado, da família e sociedade.

O ECRIAD é uma expressão legal que envolve toda uma luta do movimento nacional e internacional em favor da proteção à infância e adolescência, prevendo a universalização de direitos e responsabilizando o Estado para priorizar o atendimento de demandas relacionadas a esse segmento da sociedade (MARTINS; SARTOR; SILVA, 2002).

Segundo Mendes e Costa (1994, p. 53), a doutrina das Nações Unidas é sinônimo de proteção integral de crianças e adolescentes, que faz parte de um grandioso consenso no âmbito internacional e está formada por quatro instrumentos:

- a) Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança;
- b) Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing);
- c) Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil;
- d) Regras Mínimas das Nações Unidas para proteção dos jovens privados de liberdade.

Portanto, nota-se uma preocupação externa com a proteção e bem estar de toda criança e adolescente e os Estados Parte das Nações Unidas deverão zelar para que nenhuma criança seja submetida à tortura, penas cruéis, degradantes, pena de morte e prisão perpétua.

Nesse sentido, o ECRIAD prevê uma política de atendimento inovadora que vai de encontro ao atendimento isolado e fragmentado do passado. Essas ações que contemplam ações governamentais e não-governamentais evidenciam uma das inovações vindouras do ECRIAD, como a municipalização da política de atendimento direto, compartilhamento de responsabilidade do Estado com a sociedade civil, estabelecida através da existência de Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

O ECRIAD rompe com a doutrina da situação irregular presente no Código de Menores de 1979 que tinham um caráter coercitivo e moralista para adotar a doutrina da proteção integral, que protege o direito de toda criança e adolescente.

No governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), pela Lei nº 8.242 de 12 de outubro 1990, Esta instância tinha o intuito de impulsionar a difusão

do ECRIAD em prol de mudanças nas políticas direcionadas à infância e adolescência no país (PILOTTI; RIZZINI et al, 2011).

Em 1993 no governo de Itamar Franco (1992-1995) através da promulgação da Lei 8. 642, de 31 de março, criou o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA) com a motivação de articular e integrar ações de atendimento à criança e ao adolescente com apoio e gerenciamento do Ministério da Educação, tendo em vista a busca de um sistema nacional de atenção a esse segmento. Paralelamente, existiu o apoio à construção de Centros de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs) nos municípios responsáveis por administrar o equipamento indicado pelo governo federal (PILOTTI; RIZZINI et al, 2011).

O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999) foi marcado por reformas que já vinham desde o governo de Collor. As reformas eram orientadas para o mercado, com interesse de expansão da estabilidade econômica. Com a reforma do Estado, principalmente no que tange as privatizações e a previdência social, o caminho idealizado pelos neoliberais para o novo “projeto de modernidade” estaria livre, evidenciando o desprezo às conquistas adquiridas com a Constituição Federal de 1988 no campo a seguridade social e outros (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

No período entre 1995 e 2002, durante o governo de FHC também não era possível visualizar políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros na esfera federal, apenas ações voltadas para o controle e prevenção ou com o intuito de minimizar os problemas que atingiram a juventude, sobretudo a juventude pobre e negra. Ou seja, o Estado ainda permanecia com um caráter controlador nas suas ações direcionadas para esse segmento que teve os seus direitos violados na infância e eram vistos numa condição de risco social e/ou vulnerabilidade, o que resultada numa intervenção do Estado (BRASIL, 2011).

FHC mostrou no primeiro mandato que tinha aderido às ideias neoliberais no seu formato mais rigoroso, embora negasse veementemente. Conseqüentemente, as suas metas de governo eram a redução da participação do Estado nas atividades econômicas e a desregulação do mercado. [...] “Por essa perspectiva, o Estado não mais teria funções empresariais, cedendo lugar ao mercado, nem assumiria o papel de provedor social” (PEREIRA, 2002, p. 167).

A Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA), criada no governo Collor, foi extinta durante o governo FHC. Posteriormente, foi implantado um Conselho da Comunidade Solidária e o Programa da Comunidade Solidária em uma ação conjunta de órgãos federais, organizações não-governamentais, governos estaduais e municipais e com isso evidencia-se as mudanças na área da infância e da adolescência. “Foram criados a partir de 1995 vários programas municipais de bolsa/escola que desembocaram no programa Bolsa Família, de 2003” (SILVA apud PILOTTI; RIZZINI et al, 2009, p. 84).

Faleiros (2009, p. 84) explica sobre algumas reformas realizadas na política relacionada à infância e adolescência feitas pelo presidente FHC no seu primeiro mandato:

Em janeiro de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu o CBIA juntamente com os Ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional, transferindo para o Ministério da Justiça o acompanhamento da questão dos direitos da criança e do adolescente. Implanta um Conselho da Comunidade Solidária para um programa do mesmo nome que deve coordenar as ações no campo social a partir de iniciativas locais e apoio à merenda escolar, visando o reforço da política de educação.

No segundo mandato de FHC (1999-2002), as promessas de campanha foram, além da promoção do crescimento econômico, de investimento na área social, neste caso, no combate à pobreza e à fome, pela geração de empregos e melhoria na distribuição de renda, pelo aprofundamento da democracia e promoção dos direitos humanos. Entretanto, no início do segundo mandato aconteceram restrições nos gastos sociais por conta do ajuste fiscal⁸, fiscalizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), impossibilitando assim a efetivação das promessas de investimento na área social (CASTRO, 2009).

Ainda em seu segundo mandato, em janeiro de 1999, o governo FHC altera a Secretaria de Assistência Social (SAS), Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) que teve a responsabilidade de implementar a política de desenvolvimento social com o intuito de agregar os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) (CASTRO, 2009).

As marcas deixadas pelo neoliberalismo foram desastrosas no que tange o desrespeito aos direitos sociais conquistados com a Constituição Federal de 1988 direcionados a todo cidadão brasileiro. De fato, eram grandes os desafios a serem

⁸ O ajuste fiscal é a tentativa que o Governo Federal tem de gastar menos do que arrecada, sobretudo com social (PEREIRA, 2002).

superados ou, pelo menos, minimizados na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) (CASTRO, 2009).

Entretanto, o governo Lula no primeiro mandato (2003-2006) continuou no mesmo modelo neoliberal encampado pelo governo passado, uma vez que o seu compromisso da atual gestão era com o pagamento da dívida pública externa e, conseqüentemente, os investimentos na área social ficaram prejudicados, ou seja, a prioridade dada ao extermínio do déficit fiscal ao invés provocando déficit social, evidenciou que a preocupação do governo Lula não era realmente com a classe trabalhadora (MANFROI, 2005).

No que se refere à estrutura administrativa, no Governo Lula a política social de crianças e adolescentes foram incorporados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Não houve mudanças substanciais nos programas propostos, mantendo-se programas muito assemelhados ao governo anterior. [Estruturaram-se naquele período] os seguintes programas: “Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano”; “PETI”; “Programa de Combate ao Abuso Sexual e à Exploração sexual de Crianças e Adolescentes (Sentinela)”; “Bolsa Família”; “Programa de Atenção Integral à Família”; “Atenção à Criança de 0 a 6 anos” (MANFROI, 2005, p. 15).

Segundo Manfroi (2005) não existiram transformações expressivas no que tange as políticas sociais destinadas ao público infantojuvenil neste governo, visto que a política econômica permanecia a mesma e as iniciativas eram apenas paliativas e não resolviam as expressões da questão social (trabalho infantil, violência sexual, conflito com a lei, pobreza, abandono) de forma significativa que envolvesse esse segmento da sociedade, comprometendo a proteção, o protagonismo, o desenvolvimento da autonomia e da personalidade da criança e adolescente. Entretanto, apesar das críticas direcionadas ao governo Lula, não se pode afirmar que este governo não possibilitou alguns avanços na área social apesar de estar inserido em um contexto econômico e ideológico desfavorável a efetivação e qualidade das políticas sociais.

No que tange a proteção social à infância e adolescência, persistem as previsões do ECRIAD, com alterações importantes quanto à Lei de Adoção (Lei 12.010 de 03/08/2009) e a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional (Lei 12.594 de 18/02/2012). Altera-se o formato da Política de Assistência Social e a forma de prestação e organização da assistência dirigida ao segmento de crianças e adolescentes em dois níveis de

proteção: *Proteção social Especial* com serviços de acolhimento institucional (antes denominados de abrigo) e atendimento especializado quanto às violações de direitos (violências, negligências e trabalho infantil), tendo estes a ligação com as ações realizadas no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS); e *Proteção Social Básica* com programas de transferência de renda e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, estes organizados em torno das ações do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Discutiremos mais a fundo sobre a política de assistência social neste trabalho no item a seguir.

Ocorre que, diante de pressões internacionais e de movimentos sociais nacionais, bem como publicações científicas passam a denunciar um grave cenário de crescimento da taxa de letalidade de adolescentes e jovens, bem como de desemprego juvenil. Nesse sentido, o governo Lula (2003-2010), no que se refere à juventude brasileira, observou-se avanços tímidos no primeiro mandato do governo Lula relacionados à proposição de ações governamentais voltadas para esse público.

Segundo documento divulgado pelo Grupo Interministerial sobre o balanço das ações governamentais de Juventude na primeira gestão do Governo Lula, foram identificadas mais de 150 ações federais desenvolvidas em 45 programas e implementadas por 18 Ministérios ou secretarias de Estado. Do total de ações identificadas, apenas 19 eram específicas para o público jovem (15 a 24 anos). As demais ações, ainda que contemplassem os jovens, não foram desenhadas exclusivamente para eles (BRASIL, 2011, p. 22).

Em 2005 o governo Lula apresentou suas primeiras ações ainda tímidas relacionadas à construção de uma Política Nacional de Juventude que contaria com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, considerando estes importantes para a efetivação de direitos desse segmento (BRASIL, 2011).

No segundo governo Lula (2006-2010) observa-se certa flexibilização da política econômica por meio de medidas relacionadas a crédito ao consumidor, do aumento real do salário mínimo, adesão de programas de transferência de renda, formação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da expansão da ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) no intuito de incentivar o investimento público e privado (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Quando a presidente Dilma Rousseff foi eleita, no final de 2010, com o apoio decisivo do presidente Lula, a sociedade brasileira supôs e a nova presidente confirmou que seu governo seria uma continuação do anterior. Entretanto, como esse governo não foi capaz de romper com a política do "tripé macroeconômico" dominante no Brasil desde 1999, o governo Dilma só seria bem-sucedido se rompesse a armadilha de juros altos e câmbio sobreapreciado que caracteriza essa política ortodoxa (PEREIRA, 2013, p. 1).

Nesse sentido, o governo Dilma iniciou no final de 2010, com o apoio de antigo presidente Lula e com a intenção de dar continuidade ao governo do mesmo. Entretanto, recebeu para governar um país onde a economia continuava crescendo a uma taxa muito inferior à esperada.

No ano de 2013 no Governo Dilma foi aprovado o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13), considerado uma conquista para juventude brasileira, cuja previsão é garantir a esse segmento o direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil, direito à educação, direito à profissionalização, ao trabalho e renda, direito à diversidade e à igualdade, direito à saúde, direito à cultura, direito à comunicação e à liberdade de expressão, direito ao desporto e ao lazer, direito ao território e a mobilidade, direito a sustentabilidade e ao meio ambiente, direito à segurança pública e o acesso à justiça. Esse Estatuto completa o primeiro ciclo de leis que garantem direitos geracionais no Brasil, a princípio com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 (BRASIL, 2015b).

Desse modo, vale salientar que há muito que se avançar nas políticas sociais para crianças, adolescentes e jovens e que os pressupostos aprovados no Estatuto da Criança e do Adolescente e, mais atualmente, o Estatuto da Juventude, passam por diversos desafios para sua efetivação no sentido de promover as garantias de direitos nesta sociedade. Cabe ainda destacar que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada 2004 veio para contribuir com a efetivação de direitos da criança e do adolescente e minorar as agruras sofridas por crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

Enfim, acredita-se que, apesar dos desafios serem extensos na luta pela efetivação de direitos, é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária para esse segmento, apesar de alguns segmentos da sociedade perpetuar o individualismo e o conservadorismo (ROBERTI JUNIOR, 2012).

2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS DE 1990 E SUA RELAÇÃO COM A ATENÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência (1993) trouxeram a questão da Assistência Social para o campo do direito, uma vez que por décadas estava pautada como favor, clientelismo e caridade aos pobres e caracterizada como uma área de intervenção do Estado não relevante, ou seja, não era prioritária comparada ao conjunto das políticas públicas existentes (COUTO et al, 2012).

Ao inserir a Assistência Social como política integrante do sistema de Seguridade Social, a Constituição Federal Brasileira de 1988 instaurou o princípio da cidadania como vetor dessa política e estabeleceu como parâmetro de sua organização a descentralização político-administrativa e a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação e controle de suas ações, em todos os níveis. Essa indicação é confirmada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993, que, ao estabelecer a descentralização como estratégia fundamental de gestão da Assistência Social, expressa o necessário redesenho das funções dos governos federal, estadual e municipal, no sentido de instituir a ideia de “pluralismo institucional, que incumbe ao Estado papel decisivo no enfrentamento da pobreza, de par com a sociedade” (OLIVEIRA, 2003, p. 105).

Diante disso, entende-se que a Seguridade Social foi uma das principais conquistas sociais da CF/88, estabelecendo uma forma modernizadora de sistematizar as ações dos Poderes Públicos e da sociedade no acesso aos direitos da previdência social, saúde e assistência social. Para sua concretização é necessário que o Estado garanta os recursos financeiros e orçamentários suficientes para a efetivação desse direito social, mas a [...] “Seguridade Social enfrenta dificuldades desde seu nascimento, em consequência, entre outros fatores, da não-implementação do orçamento para este fim, previsto na Constituição Federal de 1988” (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006, p. 33).

Assim, apesar dos desafios em questão, a Assistência Social é regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência (LOAS) como uma política social pública e nessa lei prevê-se:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2015c).

Certamente, diante do seu caráter não-contributivo e seu conteúdo não-comercial, a proteção relacionada a área socioassistencial, a partir da Lei Nº 8.742 de dezembro

1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), passa a ter como objetivo possibilitar a diminuição ou a extinção da fragilidade que dificulta o fortalecimento do cidadão e da família perante a uma sociedade excludente, dedicando-se à promoção de ações que facilitem no processo de potencialização dos sujeitos em prol da sua autonomia (LOPES, 2006).

No que se refere ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) compete ao mesmo regular e normatizar a prestação de serviços no âmbito privado e público na área da assistência social, determinar diretrizes para disponibilização de registro e [...] “certificado de entidades beneficente de assistência social às instituições privadas prestadoras de serviços ou de assessoramento de assistência social, que prestem serviços relacionados com seus objetivos institucionais” (MUNIZ, 2005, p. 92).

É a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em setembro de 2004 pelo Conselho Nacional de Assistência (CNAS), “[...] que são definidas as bases para o novo modelo de gestão para a política pública de assistência social, o SUAS [...] (LOPES, 2006, p. 83).

O SUAS se organiza no ajuste e sistematização do atendimento às necessidades de proteção e seguridade sociais através de um conjunto ligados de ações continuadas, benefícios, serviços, programas e projetos, em todo território nacional no intuito de garantir o que está previsto na LOAS. Portanto, serviços, programas, benefícios e projetos fazem parte da oferta de ações de assistência social prevista em lei e destinada ao atendimento de um público que sofre com as agruras da desigualdade social. Esse público é diverso e dessa forma, também apresenta necessidades protetivas diferenciadas por dependência, idade, gênero, entre outras. Nesse sentido, todas as iniciativas da assistência social (benefícios, programas e projetos) devem ser organizados e efetivados na pretensão de possibilitar a proteção social da união familiar e dos segmentos da sociedade em risco social como criança e o adolescente em vulnerabilidade social ⁹ou/e vítima de violências e abuso sexual, pessoas com deficiência, mulher vítima de violência, idoso, pessoas em abandono

⁹ Vulnerabilidade social traduz-se na dificuldade no acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade, resultando em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. As desvantagens com respeito às estruturas de oportunidades resultam em um aumento das situações de desproteção e insegurança, o que põe em relevo os problemas de exclusão (KAZTMAN, 2001).

ou em situação de rua, pessoas em emergência social, migrantes, minorias étnicas e grupos discriminados ou/e sem autonomia, famílias em situação de perdas e desagregação com dificuldades de financeiras, entre outros (LOPES, 2006).

Em 2005 o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência no Brasil. A NOB preconiza duas modalidades de atendimento assistencial: A Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (de alta e média complexidade) (LOPES, 2006).

Segundo Couto et al (2012, p. 63-64), [...] “a desigualdade social e a pobreza, inerentes à sociedade capitalista contemporânea, engendram diferentes modalidades de *desproteção social* que exigem atenção estatal diferenciada para o seu enfrentamento”.

Por isso, a Proteção Social Básica tem um caráter preventivo e promove a inclusão social. Tem como proposta prevenir situações de perigo por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Prenuncia a execução de programas, projetos locais de acolhimento, serviços e a convivência de famílias e de indivíduos em situação de risco social. Tem como foco o público que se encontra em situação de vulnerabilidade social por influência da pobreza, com dificuldades financeiras, com ausência ou precário acesso aos serviços públicos, com vínculos familiares e/ou de pertencimento sociais fragilizados (COUTO et al, 2012).

Na Proteção Social Básica, o SUAS prevê sua materialização através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)¹⁰, instalados através do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), sendo um serviço socioassistencial porta de entrada da assistência, que trabalham a favor de prevenir situações de riscos, potencializando sujeitos e fortalecendo vínculos familiares e comunitários e tendo como função ofertar e coordenar rede de serviços, projetos e programas previnam situação de risco. E os CRAS é um equipamento públicos que se encontra em lugares estratégicos para atender territórios de risco e vulnerabilidade social, e nesses espaços são atendidas famílias, crianças pequenas, adolescentes, jovens, idosos, bem como outras pessoas (LOPES, 2006).

¹⁰ Os principais serviços da Proteção Social Básica (PSB) ofertados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) são o Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa de Apoio e Integração a Família (PAIF) (COUTO et al, 2012).

Nesse sentido, o PAIF tem como proposta desenvolver trabalho social com famílias, de forma continuada, com intuito de fortalecer os laços e função protetiva de famílias, prevenir o rompimento dos vínculos, acesso aos direitos e colaborar para a melhoria da qualidade de vida. Presume o desenvolvimento de potencialidades de famílias e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, utilizando de ações de caráter proativo, preventivo e protetivo. “[...] O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço [...]” (BRASIL, 2009, p. 6).

Esse serviço respeita a heterogeneidade dos arranjos familiares, identidades, crenças, e valores familiares. Baseia-se na valorização da cultura, no enfrentamento contra todas as formas de violência, de preconceito, discriminação e de culpabilização nas relações familiares (BRASIL, 2009).

É justamente no âmbito da PSB que se oferta os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças, adolescentes e idosos, sendo o SCFV dirigido às crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos o foco deste estudo.

Cabe destacar que no âmbito da PSB o público infantojuvenil é atendido pelo SCFV voltado a crianças de 0 a 6 anos e para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em ações específicas destinadas aqueles que são encaminhados pela PSE através do “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)” e do “Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos”, aqueles que foram “reconduzidos ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento”, deficientes, prioritariamente aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família, bem como aqueles em situação de extrema pobreza (BRASIL, 2010, p. 5).

No âmbito da PSB, os adolescentes-jovens de 15 a 17 anos são atendidos pela via do Serviço Sócio-educativo Projovem Adolescente (Programa Nacional e Inclusão de Jovens) previsto pela Lei 11.692/08, feito pela Portaria 171/09.

Art. 4º O Projovem Adolescente - Serviço Sócio-educativo destina-se aos jovens de quinze a dezessete anos:

I - pertencentes à família beneficiária do Programa Bolsa Família - PBF, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004;
II - egressos de medida sócio-educativa de internação ou estejam em cumprimento de outras medidas sócio-educativas em meio aberto, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

III - em cumprimento ou sejam egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 1990;
IV - egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; ou

V - egressos ou vinculados a programas de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual.

§ 1º Os jovens a que se referem os incisos II a V devem ser encaminhados ao Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo pelos programas e serviços especializados de assistência social do município ou do Distrito Federal, ou pelo gestor de assistência social, quando demandado oficialmente por Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário (BRASIL, 2012, p. 1).

No item a posteriori o caracterizaremos com maior riqueza de detalhes sobre o SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos conforme previsão nacional da PNAS.

Já a modalidade de atendimento previsto no âmbito da Proteção Social Especial, este é direcionado às famílias e indivíduos em situação de alta vulnerabilidade social e pessoal, decorrentes de maus tratos psíquicos e/ou físicos, abuso sexual, abandono, perda de vínculos, violência, uso excessivo de drogas, cumprimento de medidas socioeducativas, pessoas em situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outros. São direcionados ao combate de situações de risco em indivíduos e familiares dos quais foram violados ou/e que os laços familiares e comunitários já tenham sido rompidos (SIQUEIRA; DELL' AGLIO, 2011).

Os serviços de proteção especial podem ser:

- de **média complexidade**: famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.
- de **alta complexidade**: são aquelas que garantem proteção integral-moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos com seus direitos violados, que se encontram sem referência, e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou, comunitário (COUTO et al, 2012, p. 64, grifo nosso).

Os Serviços de Proteção Social têm o papel de assegurar um conjunto de ações que promovam a redução e a prevenção de vulnerabilidades sociais, bem como cobrir também as necessidades permanentes resultantes de problemas pessoais e sociais de seu público (COUTO et al, 2012).

Os serviços direcionados às crianças e adolescentes no âmbito da Proteção Social Especial na Média Complexidade e na Alta Complexidade são: o de Proteção Social a adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à comunidade (PSC)¹¹ e o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes¹² (BRASIL, 2009).

¹¹ O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância

A *matricialidade sociofamiliar* é um aspecto relevante a ser discutido e ressaltado na Política de Assistência Social, pois se acredita que o núcleo familiar é um mediador importante na relação entre sujeitos e sociedade. Entretanto, é relevante levar em consideração de que família está se falando, ou seja, é necessário considerar que existem vários arranjos familiares e que não existe um modelo ideal de família. Vale salientar ainda que é necessário ter cuidado para que não haja uma super responsabilização da família diante das situações de exclusão vivenciadas, sobretudo no caso das mais pobres (COUTO et al, 2012). Diante disso:

A presença e a importância da família no âmbito da Política Social não é uma característica nova das políticas sociais brasileiras. No entanto, nos últimos anos, o debate sobre a família e, sobretudo sobre as famílias mais pobres, vem adquirindo centralidade no contexto das políticas públicas. Isso porque a família tem sido colocada no centro dessas políticas enfocadas sob ótica da garantia de direitos. Crescem programas, projetos e serviços dirigidos ao atendimento de famílias. Essas iniciativas vêm sendo desenvolvidas tendo em vista o fortalecimento das necessidades sociais, e tanto podem se constituir em ações que acabem por sobrecarregar e pressionar ainda mais essas famílias, exigindo que assumam novas responsabilidades do Estado e da sociedade (COUTO et al, 2012, p. 76).

As famílias, sobretudo as mais pobres, vem ganhando mais visibilidade e importância nos últimos anos nas ações governamentais, todavia, apesar do crescimento de programas, projeto e serviços direcionados a essas famílias no intuito de minimizar as agruras sofridas pelas mesmas, a falta qualidade nas execuções dessas iniciativas é uma realidade, uma vez que a ausência ou insuficiência de recursos financeiros e humanos inviabiliza a ampliação do acesso e, ao fim, a garantia dos direitos.

No que se refere à abordagem *territorial*, a mesma autora se refere no cuidado e tratamento da cidade e de seus territórios partindo de uma organização do sistema de proteção social especial e/ou básica, sendo o mais próximo possível do cidadão brasileiro. O território proporciona interações entre as pessoas, relações sociais, superação da fragmentação de serviços e ações, mobilização, lutas coletivas,

da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida (BRASIL, 2009, p. 24).

¹² Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos (BRASIL, 2009, p. 31).

resistência, porém também é um espaço onde se visualiza as agruras e carência sociais e ausência de ações governamentais (COUTO et al, 2012).

A concepção de território supõe movimento, isto é, a concepção de território não se confunde com uma área de abrangência, que embute a definição de um dado volume de população ou mesmo o estabelecimento de um espaço geográfico resultante de um dispositivo jurídico estatal. Neste sentido, é preciso ter claro que o território contém uma dimensão histórica, pois se constitui e constrói sua identidade em uma dinâmica de relações. Assim, é o processo que define a trajetória do território, e esse processo se reflete na trajetória dos que nele vivem, mas também é demarcado pelas trajetórias dos sujeitos nele 'abairrados' (SPOSATI, 2013, p. 6).

Nesse sentido, o entendimento sobre território incorporado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) merece ser destacada, uma vez que representa uma transformação importante. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) dispõe que as iniciativas públicas do âmbito da Assistência Social devem ser planejadas em território, visto a importância do progresso sobre a fragmentação, a ampliação de cobertura, “[...] a possibilidade de planejar e monitorar a rede de serviços, realizar a vigilância social das exclusões e de estigmatizações presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos sociais” (COUTO et al, 2012, p.72-73).

Segundo Couto et al (2012) o SUAS adotou para organização de serviços e programas o princípio da territorialização, partindo da *lógica da proximidade do cidadão* e da necessidade de sua oferta nos territórios que se encontram com mais risco social e que demandam prioridades.

Sendo assim, a perspectiva territorial, sendo um dos eixos da política de Assistência Social, desempenha um avanço inovador, uma vez que o território é visto pra além de um espaço geográfico e considerando como um espaço de sociabilidade (COUTO et al, 2012).

No que se refere à intersetorialidade, isto se coloca como uma diretriz e um desafio à PNAS, pois há uma ligação entre as políticas públicas através da expansão de ações conjuntas direcionadas à proteção social básica e/ou especial e no combate às expressões da questão social encontradas nas diversas áreas. Isso prevê a realização de iniciativas integradas e a superação da fragilização e fragmentação da atenção estatal frente às agruras vivenciadas pela população. Abrange a combinação de diversas [...] “políticas sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais” (COUTO et al, 2012, p. 61).

Para a Assistência Social, o desafio da intersectorialidade para a construção da rede socioassistencial se coloca tanto na busca de articulação das iniciativas públicas estatais como destas com as organizações da sociedade, na perspectiva da construção de uma rede protetiva no âmbito dessa política. Na área da Assistência Social a parceria histórica com entidades beneficentes resultou em programas e serviços fragmentados, na maior parte das vezes, desvinculados na realidade onde se instalavam, sem compromisso com o interesse público, com programas seletivos e com gestões, quase sempre centralizadoras e pouco participativas. Essa forma de organização criou um *caldo de cultura* a ser superado pela efetivação da proteção social como direito, contribuindo para superar a cultura da subalternidade tão presente no campo assistencial (COUTO et al, 2012, p. 204).

Sendo assim, com a rede socioassistencial evidencia-se a necessidade da complementariedade entre as várias políticas, oportunizando o compartilhamento de conhecimentos, responsabilidades e ações e potencializando o funcionamento de cada área, no intuito de inviabilizar isolamento das ações. Entretanto, mesmo com sua importância frente às demandas sociais, a construção e o fortalecimento da rede socioassistencial ainda passa por desafios na sua concretização, uma vez que com a ausência da articulação das ações e o isolamento delas pode inviabilizar que as necessidades sejam atendidas e a realidade do sujeito seja vista na sua totalidade (COUTO et al, 2012).

Portanto, é importante ressaltar que a política de assistência foi uma conquista para os segmentos menos favorecidos da sociedade, sobretudo para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Essa política antes de se tornar um direito social, era vista como caridade aos mais necessitados e dava respostas pontuais às necessidades do público atendido por esta. Porém, quando se tornou um direito social através da Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência (LOAS) de 1993, a Seguridade Social trouxe grandes conquistas no que tange à proteção aos segmentos da sociedade em risco social, como crianças e adolescentes pertencentes a territórios em vulnerabilidade social.

No escopo das provisões da PNAS, o direito à convivência comunitária e familiar é considerado por esta e, para tal, oferta-se modalidades de atendimento assistencial, por meio da Proteção Social Básica, através dos Serviços de Convivência e Fortalecimento Vínculos Familiares e Comunitários, que será mais discutido no próximo item.

2.2.1 O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quando se pensa em vínculo, logo se pensa em uma ligação forte entre duas ou mais pessoas, seja esta financeira, afetiva e/ou existencial. Considera-se que a socialização primária, ou seja, a família facilita o desenvolvimento do indivíduo, uma vez que os primeiros laços afetivos são, em geral, firmados por meio da família, ou espera-se que sejam assim estabelecidos. Nessa relação, os vínculos promovem proteção a possíveis perigos, favorecendo assim o cuidado com a vida do sujeito.

Por isso, são nas fases mais importantes, ou seja, na infância e na adolescência que os mesmos tendem a estabelecerem vínculos mais estreitos com quem julgam mais importante em suas vidas. [...] “Esses vínculos são fortes e se caracterizam por um grau de dependência que permite a essas pessoas proteger tais indivíduos, que se sentem assim resguardados” (BROTTO; OLIVEIRA; PATROCÍNIO, 2014, p. 19).

Diante disso, compreende-se a importância dos vínculos para um ser humano, tendo em vista que a família, em sua grande maioria, é uma instituição social na qual o indivíduo constrói os seus primeiros laços, identificação, pertencimento e proteção (BROTTO; OLIVEIRA; PATROCÍNIO, 2014).

Nessa perspectiva Sposati, citado por Brasil (2012, p. 25) salienta que:

[...] a construção de laços afetivos e de referência, dito de outra forma, “contar com” pessoas ou serviços para diferentes momentos e situações na vida, é um aspecto muito importante para compreender a convivência familiar e a capacidade protetiva de famílias, logo trata-se de discutir convívio e convivência no campo da proteção socioassistencial ou proteção social na assistência social. Todavia, discutir essa vivência do “contar com” como instrumento de proteção não é suficiente para discutir uma política de convívio, pois ela é mais do que uma questão de proteção, pois supõe um reconhecimento social e tem um potencial maior para discutir e alargar padrões de civilidade e cidadania.

Diante disso, compreende-se que a construção de laços afetivos e de referência facilita o convívio em família e em sociedade. Entretanto, Sposati (2012) reforça que contar apenas com a família e serviços não é suficiente para discutir uma política de convívio, uma vez que ela vai além de uma questão de proteção, ou seja, há uma necessidade de reconhecimento e valorização por parte da sociedade, diante do potencial existente nessa política.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço:

[...] realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009, p. 10).

Diante disso, o SCFV deve se organizar através da oferta de atendimento a grupos com as faixas etárias próximas no intuito respeitar as singularidades pertencentes a cada ciclo de vida. Este serviço dirigido a crianças e adolescentes de 0 à 6 anos; criança e adolescente de 6 a 15 anos; adolescentes de 15 a 17 anos e idosos (BROTTO; OLIVEIRA; PATROCÍNIO, 2014).

Esse serviço socioassistencial pode ser ofertado em diferentes lugares como os próprios CRAS, os Centros de Juventude, os Centros de Convivência de Idosos, equipamentos públicos, privados/filantrópicos, sendo todos estes serviços de Proteção Social Básica ligados ao CRAS. É primordial que as unidades ofertantes do serviço sejam articulados com o PAIF, de forma que complementem o trabalho social com famílias e previnam a situação de risco social que é a sua finalidade (BROTTO; OLIVEIRA; PATROCÍNIO, 2014).

Nesse sentido, o SCFV deve ofertar meios para possibilitar a convivência com os familiares e com pessoas da comunidade de forma que os usuários notem semelhanças e diferenças no modo de viver, aprendendo a afirmarem suas escolhas e valores adquiridos em família. Esse serviço tem como objetivo trabalhar a capacidade individual de formação de vínculos sociais, dotando os usuários de habilidades para que as mesmas sejam passadas para o seio familiar e comunitário (BROTTO; OLIVEIRA; PATROCÍNIO, 2014).

Nesse sentido, tendo em vista que esta pesquisa busca analisar um SCFV para o público do ciclo de vida de 6 a 15 anos desenvolvido no município de Vitória- ES

pela via da política de assistência social municipal nos ateremos aqui à caracterização desta modalidade do Serviço.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009, o SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos deve promover espaço de convivência, formação não formal no intuito de facilitar a participação, cidadania na perspectiva de estimular o protagonismo e autonomia de crianças e adolescentes, a partir dos interesses, necessidades e capacidade dessa faixa etária (BRASIL, 2009).

As ações desenvolvidas com essas crianças e adolescentes devem estar orientadas a partir de experiências lúdicas, divertidas, esportivas e culturais na intenção de promover, interação, aprendizagem, proteção social e sociabilidade. Crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil e/ou submetidos a outros tipos de violações de direitos, estão inclusos no atendimento deste serviço, cujas ações auxiliam na superação da vivência de violação de direitos e também contribui para a prevenção vulnerabilidade social e desenvolvimento da sociabilidade (BRASIL, 2009).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) prevê a segurança de diversas formas: de acolhida social, de renda, **de convívio**; segurança de desenvolvimento da autonomia e a segurança de benefícios materiais ou em recursos monetários. Mas, a segurança a ser discutida nessa pesquisa é de convívio. Esta segurança se concretiza através da oferta pública de serviços continuados e de trabalhos socioeducativos que busquem possibilitar o fortalecimento de laços de pertencimento familiares e societários entre outros (COUTO et al, 2012).

[...] A defesa do direito à convivência familiar, que deve ser apoiada para que possa se concretizar, não restringe o estímulo a sociabilidades grupais e coletivas que ampliem as formas de participação social e o exercício da cidadania. Ao contrário, segurança de convívio busca romper com a polaridade individual/coletivo, fazendo com que os atendimentos possam transitar do pessoal ao social, estimulando indivíduos e familiares a se inserirem em redes sociais que fortaleçam o reconhecimento de pautas comuns e a luta em torno de direitos coletivos (COUTO et al, 2012, p. 65-66).

Diante disso, percebe-se a importância da oferta deste serviço para o fortalecimento de laços familiares e de pertencimento em uma sociedade tão excludente, injusta desigual. Nesse sentido, a defesa do direito à convivência familiar e o estímulo à participação social devem caminhar juntos no intuito de estimular indivíduo e familiares a se inserirem em espaços que promovam o acesso aos direitos sociais.

Nessa perspectiva, Sposati (2013, p.46) reforça que há o compromisso da política de assistência social frente à necessidade da segurança de convívio e vivência familiar:

A segurança da vivência familiar e a segurança do convívio social são necessidades a serem preenchidas pela política de assistência social. Sabemos, por exemplo, o quanto as práticas em relação à criança, ao idoso, à população de rua, mesmo às mulheres, às famílias, supõem políticas de incentivo e de criação de recursos como centros de convivência onde pessoas com situações comuns ou diversificadas possam criar laços, encontrar saídas para sua situação de vida e resguardo para riscos que têm pela frente. Isto supõe a não-aceitação de situações de reclusão, situações de perda de relações, no caso para com familiares, e a garantia das relações com os parceiros. A inexistência de apoio, orientação para lidar com as graves questões familiares na educação dos filhos, principalmente quando os pais trabalham fora de casa, o que eu ocorre em grande número de casos, é extremamente incidente.

Diante disso, compreende-se a importância da convivência familiar e social para a vida do indivíduo, uma vez que contribuem para a prevenção e superação da vulnerabilidade social, fragilização dos vínculos familiares, comunitários e abre caminhos para promoção cidadania.

São serviços socioassistenciais todos os programas, projetos e serviços voltados para famílias, seus membros e indivíduos tendo o território como um local importante para sua promoção da organização. Nesse sentido, segundo a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), a proteção social da assistência social tem como dever incluir um aglomerado de ações, cuidados, atenções e auxílios e benefícios ofertados pelo SUAS para minimizar e/ou prevenir as agruras sofridas pelo seu público atendido por meio desses serviços nos territórios de abrangência onde residem os usuários da política (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Sendo assim, a matricialidade familiar, a territorialização, a proteção pró-ativa, integração à seguridade social e as políticas sociais e econômicas são fundamentos que conduzem o SUAS e são de grande importância para a efetivação direitos dos cidadãos/usuários. E como já foi visto na discussão sobre a Política de Assistência Social no Brasil no tópico anterior, para melhor concretização das ações, o SUAS divide-se em dois níveis de atenção: a proteção básica e especial (de alta e média complexidade) (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

As atividades socioassistenciais previstas na proteção na proteção social básica são realizadas em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), sendo um equipamento estatal de referência local onde os serviços de convivência familiar e

comunitária são ofertados com objetivo de prevenir situações de risco, fortalecer laços familiares e comunitários (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010), ou seja, busca assegurar a proteção social.

Proteção Social é a política pública necessária a todo cidadão que se encontra fora dos canais e redes de segurança social. Ou melhor, cidadãos desprotegidos porque não estão incluídos usufruem precariamente dos serviços das políticas básicas (saúde, educação, habitação). Estão desprotegidos porque estão fora das malhas de desproteção alcançadas pela via do trabalho, ou estão fora porque perderam relações e vínculos sociofamiliares que asseguram pertencimento (SÃO PAULO, 2007, p. 11).

Diante disso, compreende-se a relevância da Proteção Social enquanto uma iniciativa pública para todo o cidadão que se encontra fora das redes de segurança social.

Retomando a discussão sobre as ações socioeducativas de convivência e fortalecimento de vínculos, estas, para serem desenvolvidas demandam uma articulação e organização com outros atores e as ofertas dessas ações são no período alternado ao da escola, podendo ser em parceria com a família, escola e com a comunidade, criando uma rede de atenção à criança, adolescente e jovem (SÃO PAULO, 2007).

[...] convivência é a base do ser social: pertencer a grupos, reconhecer-se num contexto, construir referências de atitudes e valores, perceber e respeitar a diversidade são caminhos que só podem ser percorridos nas relações sociais. Sendo assim, o campo socioeducativo é uma oportunidade de vivência e afirmação de atitudes e valores que fortaleçam e despertem o prazer de viver em comunidade, a importância da vida, a aposta em si mesmo dentro de padrões sociais solidários e cooperativos (que não prejudiquem a si mesmo e nem ao outro) (SÃO PAULO, 2007, p. 11).

Diante disso, a ação socioeducativa é uma das formas de enfrentamento às desigualdades sociais e de promoção da cidadania. E de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009 essas ações são destinadas às crianças de até 6 anos; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e idosos (BRASIL, 2009).

Tendo em vista a necessidade de discussão sobre a ação socioeducativa para o público de 6 a 15 anos prevista para o SCFV, em tela, fez-se a leitura do material “Parâmetros das Ações Educativas: Igualdade como um direito, diferença como riqueza” produzido ano de 2007 pela Prefeitura de São Paulo/ Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, o qual indica alguns tópicos importantes a serem trabalhados junto ao público de crianças entre 6 e 12 anos, pois entende-se

que esta fase comporta diferenças muito significativas e as metas de aprendizagem pretendidas junto a esse grupo devem girar em torno de:

- ✓ Estimular a criança a reconhecer seus direitos aos serviços básicos das políticas públicas no território (saúde, educação, esporte, lazer, cultura) segundo suas necessidades e interesses, para que, posteriormente, tenha condições de exercitar sua cidadania.
- ✓ Reconhecer a importância de ter sua documentação pessoal preservada.
- ✓ Respeitar pontos de vista distintos, valorizando o trabalho cooperativo e o diálogo para resolver conflitos.
- ✓ Reconhecer e respeitar autoridade.
- ✓ Tomar consciência de suas potencialidades e limites, respeitando a si próprio e aos outros em suas diferenças.
- ✓ Valorizar a própria identidade cultural, modos de vida, saberes e fazeres da cultura local na relação com a diversidade das culturas.
- ✓ Interessar-se por transitar pelos equipamentos culturais do território.
- ✓ Reconhecer a importância de preservar a escola, ONG e demais equipamentos públicos.
- ✓ Valorizar e respeitar diferentes estéticas.
- ✓ Participar ativa e cooperativamente de jogos e brincadeiras.
- ✓ Interessar-se por fatos, notícias, conversar e situações relevantes que ocorrem nos diferentes espaços em que convive e aprende.
- ✓ Valorizar o processo educativo e esforçar-se por aprender, aceitar seus erros, pedir ajuda, tentar de novo, arriscar e evoluir em toda sua capacidade.
- ✓ Preocupar-se em cuidar dos ambientes em que vive e do próprio corpo (SÃO PAULO, 2007, p. 22).

Portanto, as atividades desenvolvidas através da educação informal, de acordo com este material, proporcionam desenvolver esses aspectos junto a este grupo etário durante o processo de aprendizagem. Os jogos e as brincadeiras são mecanismos que possibilitam a concretização dessas metas, pois por meio deles a criança trabalha questões importantes de seu campo afetivo, como por exemplo, medo, faz-de-conta, desejo, experimenta relações sociais como cooperação, competição, subordinação, liderança e se desenvolve também intelectualmente (SÃO PAULO, 2007).

Já com o grupo etário de 12 a 15 anos, a mesma publicação indica que as metas de aprendizagem devem ser elaboradas para:

- ✓ Valorizar a família e a comunidade como espaços de identidade e pertencimento.
- ✓ Reconhecer o processo de escolarização como valor para fortalecimento da cidadania e o processo socioeducativo para ampliação da possibilidade de escolha.
- ✓ Conviver em grupo, buscando trabalhar cooperativamente.
- ✓ Confiar na própria capacidade de aprender e de atuar.
- ✓ Preocupar-se em cuidar do próprio corpo, do entorno e do meio ambiente.

- ✓ Interessar-se por obter informações relevantes a respeito de fatos locais e globais.
- ✓ Compartilhar seus conhecimentos em diferentes contextos (família, amigos).
- ✓ Valorizar os saberes dos outros, o saber social e o conhecimento acumulado historicamente.
- ✓ Conviver com diferentes grupos, respeitando as diferenças (convicções, condição social, time de futebol, jeito de vestir, de pensar e de agir) e repudiando ações de discriminação.
- ✓ Respeitar regras estabelecidas, questionando-as quando for o caso.
- ✓ Reconhecer e respeitar autoridade.
- ✓ Saber escolher e tomar decisões individuais e coletivas.
- ✓ Valorizar a própria identidade cultural e as diferentes culturas, interessando-se por aprofundar cada vez mais seus conhecimentos sobre modos de vida, saberes e fazeres em tempos e espaços diversos.
- ✓ Valorizar a escola, a ONG e os equipamentos sociais.
- ✓ Interessar-se por ações de mobilização pela preservação do meio ambiente e pela garantia dos serviços básicos (SÃO PAULO, 2007, p. 26).

Diante disso, é importante salientar que a adolescência é uma fase da vida que acontecem transformações físicas, emocionais e intelectuais, atravessadas por contextos culturais que ocasionam muitas expressões do “ser adolescente”. E essa fase é extremamente rica para desenvolver atitudes de convívio, solidariedade, dignidade, justiça, coragem, cuidado com a família e com a comunidade, e as atividades socioeducativas (jogos, esporte, atividades culturais etc.) contribuem para que isso ocorra. Nesse sentido, as metas de aprendizagem visam proporcionar ao adolescente um estímulo constante ao acesso aos serviços das políticas sociais.

Dessa forma, observa-se a relevância destes trabalhos socioeducativos que perpassam o SCVF no âmbito da Política da Assistência Social para o desenvolvimento pessoal e social das diferentes faixas etárias. Ou seja, essas ações socioeducativas visam ofertar aos pequenos cidadãos um conjunto diversificado de oportunidades de aprendizagem que objetivam o desenvolvimento da autoconfiança, saberes populares, autonomia, cidadania, participação na vida pública e de capacidades com vistas a construção de novo projeto de sociedade (SÃO PAULO, 2007).

Contudo, ao analisar as falas e percepções dos sujeitos atendidos e de familiares diante do SCFV Cajun Romão, no município de Vitória – ES percebe-se que tal proposta ainda é falha em alguns sentidos e avança noutros, o que nos permite apontar que ainda falta o investimento do Poder Público, ou seja, um investimento da Prefeitura Municipal de Vitória frente à problemática da ausência de um espaço físico adequado e a ausência de mais facilitadores de oficinas e frente a isto

ocasionando a falta de atração do público atendido; e também pouca participação dos familiares nas reuniões mensais realizadas para os pais com a perspectiva de aproximação do serviço com as famílias e promover o fortalecimento desses vínculos; outro aspecto tem relação com a precariedade da condição de trabalho dos profissionais, o que limita a atuação dos mesmos, embora, do ponto de vista de satisfações dos usuários, as falas demonstrem que há contribuições deste serviço e destes técnicos na vida dos mesmos. Essa problemática será ilustrada de forma mais detalhada na análise do SCFV Cajun Romão a partir do olhar dos usuários do serviço e familiares no item 4 deste trabalho.

3 METODOLOGIA

O presente estudo teve como objetivo analisar se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos contribui para o convívio e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários sobre o olhar dos usuários e familiares.

Para o desenvolvimento desse estudo optamos pela adoção do método da pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, a fim de analisar, conhecer e descrever os fenômenos presentes no estudo. Vale destacar, que houve uma grande dificuldade no acesso aos materiais sobre o SCFV Cajun que se encontram na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pois a mesma estava em greve no período da discussão sobre esse Serviço.

É importante compreender que a pesquisa possibilita a indagação e construção da realidade. Portanto, embora seja uma prática teórica, o pensamento e as ações caminham juntos no processo da pesquisa. Destacando que todos os fenômenos ocorridos em sociedade estão em constante mudança. Nesse sentido, “o investigador separa, recorta determinados aspectos significativos da realidade para trabalhá-los, buscando interconexão sistemática entre eles” (DESLANDES et al, 1994, p. 18).

Temos a metodologia conhecida como o caminho do pensamento e a prática executada na realidade. Diante disso, compreende-se que a metodologia é uma parte complexa da pesquisa e exige do pesquisador dedicação e cuidado, pois evidencia as escolhas e teorias que o pesquisador fez do quadro teórico. Ela vai além da fase de exploração de campo, ela possibilita ao pesquisador delimitar instrumentos e modos mais adequados para análise dos seus dados (DESLANDES et al, 1994).

Para tanto, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica acerca da política de assistência social no Brasil, especialmente na sua configuração posterior à criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) “posto que tenha a finalidade de proporcionar familiaridade do aluno com a área de estudo” (GIL, 2002, p. 61) a fim de subsidiar a análise dos dados que foram coletados junto aos usuários e familiares.

Foi utilizada a abordagem de pesquisa qualitativa, pois esta, conforme aponta Baptista (1999), compromete-se com o processo de conhecimento através de associações, dissociações, construções, compreensão da causalidade, da realidade, busca captar representações subjetivas (percepções e emoções) por meio dos sujeitos da pesquisa.

Sendo assim, pesquisar sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários Cajun Romão, foi possível conhecer as lacunas e as potencialidades desse serviço na vida de crianças e adolescentes atendidos nesse serviço e paralelo a isso possibilitou também visualizar como se dá a participação da família ou ausência dela no cotidiano do serviço e na comunidade.

A pesquisa foi realizada no Serviço Cajun do bairro Romão localizado no município de Vitória, um serviço do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ofertado a crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, realizado pela Secretaria de Assistência Social de Vitória através da Gerência dos Serviços de Convivência-GSC. Esse espaço foi selecionado devido à experiência enquanto aluna extensionista e posteriormente como pesquisadora sobre a configuração desse serviço através da Iniciação Científica.

Dessa forma, foi possível perceber através das observações e vivências acadêmicas em questão, o quão a desigualdade social, territorial, a situação de pobreza e insuficiência de equipamentos públicos juntamente com a criminalidade e a violência afetam a vida dos usuários deste serviço.

Enquanto sujeitos participantes da pesquisa, temos 6 usuários de 6 a 12 anos do SCFV Cajun Romão sendo um total de 91 usuários atualmente, 4 familiares e 6 profissionais. Vale aqui destacar que houve um aproveitamento dos dados coletados com todos os 6 profissionais (Coordenador, Referência Técnica e 4 facilitadores de oficinas) que trabalham na execução desse Serviço no intuito de complementar os relatos dos usuários. Haja vista que esses dados foram coletados durante a realização da Iniciação de Científica.

Neste serviço, as crianças e adolescentes participam de 4 atividades socioeducativas, sendo elas: jogos e brincadeiras, capoeira, música e artes visais e digitais.

Para ser possível a utilização desses dados foi preciso atender à prerrogativa da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que tange sobre os aspectos éticos em pesquisas envolvendo seres humanos, a considerar o envolvimento direto e indireto com sujeitos. E, diante disso, foi necessário, a princípio, solicitar a autorização da Prefeitura Municipal de Vitória/ Secretaria Municipal de Assistência Social (Anexo A) para a realização da coleta dos dados e posteriormente utilizar os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexos B), solicitando autorização dos familiares quanto os das crianças e adolescentes. E também foram utilizados roteiros com perguntas a serem feitas para os familiares e usuários (Apêndice A e B).

A coleta de dados foi sucedida através do grupo focal com 6 crianças e adolescentes, e essa técnica possibilitou conhecer as fragilidades e as potencialidades do SCFV Cajun a partir do olhar dos usuários. A técnica do grupo focal facilitou a obtenção desses dados qualitativos sobre opiniões, pontos de vistas, ideias e experiências relacionados à oferta do SCFV CAjun Romão.

Essa forma de coleta dados foi mais viável por se tratar de crianças e adolescentes, pois permitiu a interação entre os mesmos e a troca de visões diferentes sobre o mesmo assunto, ou seja, relataram os seus pontos de vistas, anseios, insatisfações e elogios sobre o Cajun Romão. Os entrevistados já se conheciam, principalmente por alguns pertencerem ao mesmo bairro e participarem das mesmas oficinas. E [...] “embora a entrevista tradicional com grupo focal empregue pessoas desconhecidas, esta não é uma pré-condição” [...] (BAUER; GASKELL, 2010, p.82). Bauer e Gaskell (2010, p. 79) explicam mais sobre como funciona o grupo focal:

O grupo focal tradicional compreende seis a oito pessoas desconhecidas anteriormente, que se encontram em um ambiente confortável por um tempo entre uma e duas horas. Os participantes e o moderador sentam num círculo, de tal modo que possa haver um contato frente a frente entre cada um. Quando as pessoas se sentaram, a primeira tarefa do moderador é apresentar a si próprio, o assunto e a ideia de uma discussão grupal.

Entretanto, entrevistar as crianças e adolescentes de acordo como o grupo focal solicita, foi um desafio, pois alguns usuários autorizados a participarem da entrevista não pertenciam ao mesmo horário e por isso não puderam ser entrevistados todos juntos, apenas parte deles.

Foram realizadas ainda entrevistas com alguns familiares, totalizando 4. Vale ressaltar que somente 1 (um) dos 4 (quatro) pais responsáveis entrevistados era

responsável por um dos usuários também entrevistado. E para que as entrevistas com os familiares ocorressem de fato, aproveitou-se o momento da reunião de pais ocorrida dia 30 de setembro de 2015 que acontece mensalmente no Cajun Romão.

Entretanto, foi encontrado um impasse ao realizar as entrevistas com os mesmos. O número de pais presentes na reunião, como foi visto, foi muito pequeno, mas já era esperada uma pequena quantidade, uma vez que a participação dos familiares dos usuários é pequena nas ações do Cajun Romão. E esta reunião foi a única forma de se aproximar dos familiares e conseguir as autorizações. Haja vista que os familiares relataram durante as entrevistas que essa pouca participação é devido a “falta de interesses dos pais na vida dos filhos”. Essas questões serão melhores abordadas na análise dos dados.

A técnica qualitativa utilizada para coleta de dados com os familiares dos usuários Cajun foi a entrevista semi-estruturada, sendo esta um material primordial da investigação qualitativa.

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Sendo assim, essa técnica possibilitou uma abertura e proximidade maior com os pais, por ter permitido perguntas abertas, tornando o momento da entrevista mais leve e menos engessado e conseqüentemente, isso facilitou com que os pais ficassem mais a vontade para colocarem os seus posicionamentos referentes ao SCFV Cajun Romão, bem como puderam apontar sobre as fragilidades e o diferencial que esse serviço está fazendo na vida dos seus filhos e na comunidade.

A entrevista é um “material primordial da investigação qualitativa”. E por isso acreditamos que a partir da fala dos profissionais que vivenciam cotidianamente essa gestão, tem-se a possibilidade de expressar “[...] nas relações afetivas e técnicas, [...] nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos” as minúcias que não estão escritas em lugar algum, os desafios e avanços postos à condução dessas ações no dia a dia da gestão pública (MINAYO; SANCHES 1993, s.p.).

A análise dos dados foi constituída através da interpretação das informações colhidas através do grupo focal realizada com as crianças e adolescentes e a entrevista semi-estruturada realizada com os familiares e profissionais do Cajun Romão.

Segundo Lakatos e Marconi (2013, p. 19), a elaboração dos dados se dá após a coleta dos dados [...] “eles são elaborados e classificados de forma sistemática. Antes da análise e interpretação, os dados devem seguir os seguintes passos: seleção, codificação, tabulação”.

A primeira atividade foi a seleção dos dados e isso é um procedimento minucioso dos dados, exame que permite ao pesquisador, de posse do material coletado, sujeite-o a uma averiguação crítica, a fim de que erros sejam identificados, evitando que informações distorcidas e equivocadas atrapalhem o resultado da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2013).

Posteriormente foi realizada a interpretação dos elementos, que possibilitou construir um sentido mais rico às respostas, associando-as a outros conhecimentos estudados em referenciais teóricos e também aqueles vivenciados no local junto aos sujeitos atendidos no âmbito da extensão universitária.

Portanto, a interpretação dos dados expressou o real sentido do material apresentado, em conexão aos objetivos propostos e ao tema posto, pois informa sobre a importância do material e faz conclusões aprimoradas no que tange aos dados discutidos. Portanto, mensurar resultados em pesquisa social de caráter essencialmente qualitativo é algo, em alguma medida complexo, pois é relevante considerar que a realidade é mais complexa e dinâmica que a teoria.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Nesse item será discutido sobre como se deu a configuração do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cajun, desde desafios e conquistas encontrados, relatando o início da sua trajetória a princípio como uma iniciativa da comunidade do Morro do Quadro em Vitória – ES e posteriormente sendo um Serviço específico da Política de Assistência Social municipal.

Para tanto, à luz dos fundamentos teóricos, das legislações e normativas, analisaremos alguns documentos e relatos de gestores da Secretaria Municipal de Assistência Social para caracterização do Cajun, bem como, e principalmente, analisaremos as falas e percepções das crianças e adolescentes inseridas no Cajun Romão, profissionais e de alguns familiares a respeito do Serviço prestado, da estrutura física e humana, dos desafios e contribuições à promoção da convivência e do fortalecimento de vínculos sociais e familiares proporcionados por esse conjunto de fatores diante da realidade atual.

4.1 HISTÓRIO E ATUAL CONFIGURAÇÃO DO CAJUN ENQUANTO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - ES

O Cajun (abreviação de Projeto Caminhando Juntos) iniciou suas atividades em 1995, por iniciativa da comunidade do Morro do Quadro, através de uma organização não governamental, denominada Associação Caminhando Juntos. Isso ocorre devido uma enorme necessidade dada à alta situação de vulnerabilidade social e risco social neste território (FERREIRA; COSTA, 2012).

Essa iniciativa da comunidade foi muito importante para o território, sobretudo, no que se refere à constituição de um espaço de proteção para crianças e adolescentes, onde as mesmas tivessem a oportunidade de expressarem e desenvolverem suas habilidades, potencialidades e criatividade através das atividades culturais, lúdicas e esportivas ofertadas no contraturno escolar, através de uma educação não formal (FERREIRA; COSTA, 2012).

Diante disso, no decorrer dos anos, visualizou-se os impactos significativos deste projeto na região, o que despertou o interesse do poder público municipal de Vitória

em investir mais nessa ação, a fim de colaborar para o “despertamento” e promoção de crianças e adolescentes, de forma que os mesmos, no seu dia-a-dia, tivessem conhecimento e possibilidade real do pleno exercício de sua cidadania. E como consequências disto, unidades de atendimento foram expandidas para outras regiões do município de Vitória que também apresentavam a necessidade dessa intervenção (FERREIRA; COSTA, 2012).

As grandes mudanças ocorridas na Política de Assistência Social quanto ao seu formato, gestão e organização, no que se refere à oferta de SCFV indicaram a necessidade de adaptar e integrar o Projeto Caminhando Juntos ao Serviço às exigências da Proteção Social Básica que, de acordo com Ferreira e Costa (2012), visa a prevenção de situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Nos termos da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o Projeto CAJUN constitui um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, prioritariamente encaminhadas pelos serviços da proteção social especial: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos; reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimentos; crianças e adolescentes com deficiência; crianças e adolescentes que compõem as famílias acompanhadas pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, complementando o trabalho social realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Atualmente, o serviço conta com 13 unidades de atendimento e um núcleo socioeducativo no município de Vitória-ES (FERREIRA; COSTA 2012, p. 67-68).

Isso demonstra que a Prefeitura de Vitória, ao adequar o Cajun ao SCFV, respeita as indicações das normativas nacionais quanto ao público de destino da ação, já apontadas neste estudo.

Diante disso, o Cajun é um serviço que possibilita a crianças e adolescentes de 6 a 15 anos cujas famílias são atendidas nos Centros de Referência da Assistência Social do território de abrangência, um momento de convivência social e participação através das ações socioeducativas desenvolvidas por uma equipe de profissionais.

A oferta dessas atividades possibilita a interação entre crianças e adolescentes, promoção da cidadania, sociabilidade, fortalecimento da família no âmbito do território e pertencimento ao mesmo e, diante disso, cabe destacar que [...] “é função do CRAS ofertar serviços socioassistenciais contínuos que visem o fortalecimento

das famílias para prevenir a ruptura de vínculos” (GARCIA et al, 2012, p. 100). E a participação das famílias dos usuários nas reuniões de pais que acontecem mensalmente no Cajun é muito importante, uma vez que a presença deles nesse espaço mostra interesse na vida dos filhos e principalmente como se dá a sociabilidade deles fora de casa.

Sobre a gestão atual deste serviço, está presente a entidade Instituto Gênesis em parceria com a Prefeitura Municipal de Vitória na administração do serviço, ou seja, esta entidade pactuou convênio com a Prefeitura Municipal de Vitória em 04/02/2015 tendo duração de 01 ano. O convênio tem por objeto a cooperação técnica e financeira para garantir o acesso a 1720 crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, com atividades culturais, esportivas e recreativas através da organização de oficinas, ministradas por facilitadores de oficina capacitados para o seu desenvolvimento (VIEIRA, 2015).

Isso demonstra que a PMV optou por uma gestão indireta deste serviço socioassistencial, ou seja, uma terceirização¹³ do serviço. E o mesmo é ofertado através do Centro de Referência de Assistência do Bairro Jucutuquara que tem articulação com o PAIF, no intuito de prevenir situação de risco social.

Portanto, foi primordial realizar esse resgate histórico sobre como se deu a criação do Cajun, para compreendermos como ele se configura na atualidade, quais são os seus desafios e potencialidades, haja vista que por se tratar de um serviço que é administrado por uma entidade não governamental dificulta ainda mais a qualidade do serviço, uma vez que a escassez de recursos humanos e materiais são existentes no cotidiano desse serviço. Mas essas questões serão melhores problematizadas no próximo item.

¹³ A Terceirização permite que empresas governamentais ou privadas transfiram suas responsabilidades a outras empresas e isso é estabelecido através de um contrato de prestação de serviços e conseqüentemente promovendo a subcontratação (NETTO, 2012). E segundo a NOB-RH/SUAS de 2009 a equipe de profissionais que compõe os SCVF Cajuns é contratada por entidades e organizações de assistência social. E assim [...] “valorizar seus trabalhadores de modo a ofertar serviços com caráter público e de qualidade conforme realidade do município” (BRASIL, 2006, p. 35).

4.2 ANÁLISE DO SCFV CAJUN ROMÃO A PARTIR DO OLHAR DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO E FAMILIARES: SUA EQUIPE, SUA ESTRUTURA E PROPOSTAS SOCIOEDUCATIVAS, PARTICIPAÇÃO DOS FAMILIARES E CONVÍVIO FAMILIAR

Esse item tem como proposta analisar o SCFV Cajun Romão a partir do olhar dos usuários do serviço, familiares e também com a contribuição dos relatos dos profissionais à luz da teoria utilizada até aqui e demais, facilitando a interpretação dos dados. Diante disso [...] “o que se procura na interpretação é obtenção de um sentido mais amplo para os dados analisados, o que faz mediante sua ligação com conhecimentos disponíveis, derivados principalmente de teorias” (GIL, 2009, p. 178).

Vale aqui destacar a imaturidade das crianças, adolescentes e da dificuldade de alguns familiares se expressarem durante as entrevistas, ora por serem muito sucintos, ora por, talvez, não saberem como respondê-las. Embora, tenhamos conseguido captar a mensagem na sua essência.

Atendendo os objetivos deste estudo, apresentaremos aqui nossa análise a respeito *da estrutura física, dos recursos humanos, das condições de trabalho e das atividades socioassistenciais do Cajun, da importância da participação dos familiares nas reuniões e quanto à relevância deste serviço referente ao fortalecimento da convivência familiar e comunitária;*

No que tange a equipe de profissionais, de acordo com a NOB-RH/ SUAS anotada e comentada de 2011, entende-se que o SCVF pode contar com uma equipe de profissionais providenciada pela entidade referência de proteção social para famílias e indivíduos. E que através de seus saberes e experiências vão ganhando a confiança de crianças e adolescentes, familiares, comunidade e acolhendo as necessidades sociais apresentadas pelos usuários do serviço (BRASIL, 2011). No Cajun Romão a instituição gestora é o Instituto Gênesis.

Nesse sentido, as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos de 2010 estabelece os profissionais que devem compor a equipe deste Serviço, sendo:

Técnico de Referência – profissional de nível superior do CRAS ao qual o Núcleo esteja referenciado;

Orientador Social – função exercida por profissional de, no mínimo, nível médio, com atuação constante junto ao(s) Grupo(s) e responsável pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático;

Facilitadores de Oficinas – função exercida por profissional com formação mínima em nível médio, responsável pela realização de oficinas de convívio por meio de esporte, lazer, arte e cultura (BRASÍLIA, 2010, p. 62).

Dessa forma, no Cajun Romão a equipe de profissionais, atualmente, é composta por 1 Técnico de Referência, 1 Coordenador e 4 facilitadores de oficinas de 1) jogos e brincadeiras, 2) capoeira, 3) artes visuais e digitais e 4) música. Todavia, apesar do Cajun Romão cumprir as indicações nacionais previstas, percebe-se a necessidade de mais facilitadores de oficinas frente a grande demanda, risco social presente no território e também no intuito de despertar atenção das crianças e adolescentes para que os mesmos se interessem e participem de mais oficinas.

Segundo a NOB-RH/SUAS anotada e comentada de 2011, os profissionais contratados por entidades de assistência social também podem compor a equipe do SCFV, em casos em que haja a falta de recursos humanos para a prestação deste serviço.

O PAIF é o serviço que deve ser prestado exclusivamente pela equipe de referência do CRAS. Nas situações em que o CRAS não tenha recursos físicos ou de pessoal, os outros dois serviços podem ser prestados por entidades de assistência social, desde que sejam referenciados aos CRAS. Isso significa que o CRAS e as entidades devem ter uma atuação conjunta e articulada, alinhadas às diretrizes do SUAS, para atender com qualidade as necessidades de proteção das famílias (e de cada um dos seus membros) que vivem no seu território de abrangência (BRASIL, 2011, p. 30).

[...]

As entidades e organizações de assistência social de atendimento - definidas no artigo 3º, § 1º da nova redação da LOAS - compõem o Sistema Único de Assistência Social. A partir dessa definição, os serviços prestados por essas entidades e organizações têm finalidade pública e, desse ponto de vista, buscam o alinhamento aos princípios éticos dos trabalhadores do SUAS, assim como à 8ª diretriz para a gestão do trabalho que consta do item II desta Norma (BRASIL, 2011, p.53).

Sendo assim, a equipe atual do SCFV Cajun Romão é composta por profissionais providenciados pela entidade Instituto Gênesis, devido à ausência de recursos humanos do CRAS para atender as demandas deste serviço. E por se tratar de profissionais subcontratados percebeu-se nos relatos dos profissionais a precarização das condições de trabalho, uma vez que faltam instrumentos de trabalho e certa insuficiência na estrutura do serviço e conseqüentemente dificultando as realizações das oficinas. Percebeu-se também nos relatos dos mesmos, o desejo que existissem mais facilitadores para que aumentassem as opções de oficinas e o interesse das crianças e adolescentes em participarem. E também de um psicólogo no Cajun Romão, devido algumas dificuldades

apresentadas pelos usuários, relacionadas ao relacionamento com família, comunicação entre outros.

Para ilustrar a problemática sobre as condições de trabalho e o desejo por mais profissionais no SCFV Cajun Romão, temos os relatos de alguns profissionais:

A questão do material é bem complicada [...] nós sabemos que com essa crise tá difícil pra todo mundo e aí a gente faz das tripas coração a gente está fazendo um trabalho praticamente todo com reciclagem, com um material que agente já utiliza há bastante tempo, sem se preocupar sem pensar mesmo em pedir material, porque a gente sabe que é algo que está difícil, está complicado e aí a gente acaba às vezes vendo que fica difícil o trabalho sem ter aquilo que você gostaria, que você deseja, que você precisa para o seu dia-a-dia, isso é bem falho, procuramos trabalhar da melhor forma possível com o que tem, mas que falta, falta. Falta material, falta estrutura mais adequada, mas vamos trabalhando da maneira que dá para que as crianças sejam bem atendidas (PROFISSIONAL 1).

Falta aquele cuidado que realmente deveria existir num equipamento que principalmente atende criança e adolescente em situação de vulnerabilidade, então, deveria ser um pouco mais cuidado isso... e poderia ter muito mais oficinas, então é uma fragilidade essa questão aí. Nós temos poucas oficinas frente a demanda das crianças e adolescentes, frente ao trafico de drogas que esta na nossa porta, então oferecendo apenas quatro oficinas para o quantitativo que a gente tem é muito aquém do que esperaríamos para que conseguíssemos manter as crianças e adolescentes aqui no contra turno da escola e em detrimento disso né, fica bastante complicado a gente manter um serviço nas condições que são colocadas [...] (PROFISSIONAL 5).

Eu acho assim que o Cajun em si, teria que mudar o formato dele. Igual, nós não temos um psicólogo para atender. Temos uma técnica de referência com uma formação e um olhar psicológico que falta aqui não tem, não acontece, lógico que ela faz sim, o serviço dela que é conversar, investigar, buscar para dar conta, e daí poder encaminhar para alguém dar assistência psicológica. Mas ter isso aqui dentro seria necessário, e às vezes é muito difícil você identificar, por mais que você estude, por exemplo: temos adolescentes aqui que não se abrem e a gente vê que precisa, que não tem confiança em ninguém, mas quando você ouve falar que é um psicólogo aí a coisa muda, você já se abre. Então muito difícil você conseguir tirar deles alguma coisa, quando eles chegam a te falar alguma coisa é porque já está no extremo, fora isso é muito difícil você conseguir arrancar deles alguma coisa e nos temos três que estão em situações que você precisa conversar, que você percebe que esta acontecendo alguma coisa, mas para você conseguir tirar alguma coisa dali é difícil. Então já que é um projeto que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, de risco, de trabalho infantil, de violência sexual, tem que ter alguém que possa suprir isso, e atender a fundo porque só atender e dar oficina é ótimo, mas você não vai estar na verdade fazendo o que o Serviço em si demanda que é olhar eles com esses olhos, né . A menos quando você vê a criança chegando aqui com olho roxo, aí você vai procurar né, o que que houve com esse olho roxo, porque você só consegue identificar dessa forma as vezes, mas o que esta aparente é fácil né, o que a gente precisa e ir além e ver o que esta por trás de tudo isso , que é aí que eu falo que precisa de um especialista e não tem (PROFISSIONAL 6)

No que se refere ao espaço físico do SCFV, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços de 2009, sobre o ambiente físico e sua provisão, este deve garantir:

Sala(s) de atendimento individualizado, sala(s) de atividades coletivas e comunitárias e instalações sanitárias, com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos seus ambientes de acordo com as normas da ABNT. O ambiente físico ainda poderá possuir outras características de acordo com a regulação específica do serviço (BRASIL, 2009, p. 13).

As Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos de 2010 indicam no que tange aos recursos físicos necessários para a realização do SCFV e que o mesmo deve garantir um:

- » espaço para recepção;
- » salas de atividades coletivas;
- » sala para atividades administrativas;
- » instalações sanitárias (BRASIL, 2010, p. 58).

No que se refere ao espaço físico do Cajun Romão, este possui: 1(uma) sala de atendimento individualizado, 2 (duas) salas de atividades coletivas, 1 (um) terraço onde acontecem as oficinas de jogos e brincadeiras e capoeira, 1 (uma) área onde acontecem as atividades comunitárias e momento da alimentação dos usuários. Possui instalações sanitárias, com iluminação adequada, ventilação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos seus ambientes de acordo com as normas.

Entretanto, apesar das Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos indicarem os recursos necessários para a realização do Serviço, percebe-se que as condições físicas do Cajun Romão não oportuniza o desenvolvimento das atividades na sua plenitude. E de acordo com o relato de um usuário e alguns profissionais, o Serviço apresenta certa insuficiência, gerando insatisfações dos mesmos, inviabilizando que crianças e adolescentes conheçam outras oficinas, utilizem mais recursos nas oficinas e também que os profissionais executem outras oficinas ou explorem mais o espaço.

Diante disso, os relatos do usuário 5 ilustram nitidamente a sua insatisfação com insuficiência de espaço físico e também com falta de versatilidade e modernização das atividades e equipamentos:

No terraço tem umas colunas que seria ruim, porque quando a gente quer jogar bola, eu amo jogar bola! Aí quando a gente quer jogar bola, não tem muito espaço pra jogar bola entendeu? (USUÁRIO 5).

Gostaria que tivesse aula de Violão. Internet que não tem. Fica meio ruim...sempre quando a gente vai na informática a gente tem que pegar e ficar mexendo no computador, os mesmos jogos, tipo assim, a gente não tem outros jogos, fica repetitivo. Nós ficamos meio chateados, eu queria que tivesse três aulas num dia só (USUÁRIO 5).

Os usuários sugeriram melhorias para o desenvolvimento das oficinas e mais espaço que oportunize a convivência e a participação nas mesmas.

Piscina, ônibus pra gente sair para os passeios. Um espaço, para cada oficina (USUÁRIO 1).

Piscina (USUÁRIO 2).

Mais espaço (USUÁRIO 3).

Todavia, no que se referem às avaliações feitas pelas as criança e adolescentes sobre o significado que o Cajun Romão tem para as mesmas, todas as respostas demonstraram satisfação, evidenciando a importância desse serviço para a vida desses pequenos cidadãos. E mesmo com as fragilidades do serviço apresentadas nos relatos dos usuários acima, foi possível visualizar a importância desse Serviço para os mesmos e como que esse serviço facilita a convivência familiar e comunitária, prevenindo situações de risco e também com que os mesmos afirmem suas escolhas, participem de atividades lúdicas, valorizem seu território e valores adquiridos em família como apontaram Brotto, Oliveira e Patrocínio (2014). Os relatos dos usuários ilustram esta potencialidade do SCFV:

Pra quando nossas mães forem trabalhar pra gente ficar aqui [...] pra gente aprender mais (USUÁRIO 1).

É legal, tem como a gente aprender brincadeiras novas, participar das aulas...tudo (USUÁRIO 2).

Legal (USUÁRIO 3).

Pra mim o Cajun é a minha casa, eu gosto muito daqui (USUÁRIO 4).

Uma coisa boa né?! É bom o Cajun...é melhor do que a gente ficar na rua. Lá não tem nada, aqui pelo menos tem as oficinas, a gente faz, é muito legal (USUÁRIO 5).

Significa tirar as crianças da rua(USUÁRIO 6).

O Cajun Romão, enquanto um SCFV passa por diversos desafios relacionados ao espaço físico adequado para realização das oficinas e também quanto à ausência de alguns recursos necessários para a realização das oficinas, de modo que posso diversificá-las e atualizá-las. Diante disso, todos os 6 profissionais entrevistados também relataram insatisfações com o espaço físico e com a ausência de ferramentas para realizarem suas oficinas e problematizam como essas questões se refletem no cotidiano de seu trabalho. Com essa problemática, percebe-se que esses impasses dificultam tanto o desenvolvimento do trabalho dos profissionais

como também o desenvolvimento das crianças e adolescentes nesse serviço, uma vez que, os espaços de atividades poderiam ser distribuídos em áreas de recreação ao ar livre, para que os usuários se sentissem mais livres no sentido de espaço.

Nessa perspectiva, as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos de 2010 também indicam quanto à viabilização do espaço físico, quando ao que deva proporcionar, como também quanto aos recursos necessários para a realização das atividades:

Os espaços de atividades podem ser distribuídos em áreas de recreação ao ar livre, atividades de grupo, artísticas, culturais e esportivas. A dimensão do espaço deve ser adequada às atividades ofertadas, de modo que cada atividade, ou cada Grupo, tenha acomodação compatível com o número de participantes.

Além disso, é preciso que, nos espaços onde forem realizadas as atividades, o mobiliário seja suficiente e compatível com a faixa etária dos participantes e que os espaços físicos tenham estrutura apropriada ao tipo de atividade desenvolvida, oferecendo, por exemplo, mesas e cadeiras posicionadas de modo que exista espaço suficiente e razoável para que possam se deslocar; armário para guardar materiais de uso coletivo; chão liso para prática de atividades como as de expressão corporal e dança; estantes para livros, brinquedos e jogos pedagógicos; mural para exposição/organização das atividades; quadro branco; computadores, no caso de atividades de inclusão digital; espaço para oferta de prática esportiva, com quadras, redes, etc. (BRASÍLIA, 2010, p. 59).

Diante disso, vale ilustrar os relatos de três profissionais desse serviço, que nos permite compreender melhor as suas insatisfações com o espaço físico do Cajun Romão:

Assim, eu acredito que a gente tem que usar tudo que a gente tem nas mãos, da melhor forma possível. Mas, dizer que é uma estrutura adequada eu estaria mentindo, porque qual o facilitador de [Oficina X] que não gostaria de ter uma quadra, um espaço aberto? Nós temos hoje um prédio enorme e as crianças, normalmente, quando vem para cá querem se sentir livres, no sentido de espaço, de tudo mesmo e aí, não que você queira uma quadra só para jogar bola, mas qualquer atividade que você faça num local adequado você terá outro retorno. As crianças ficam mais agitadas, parece que elas se incomodam, se sentem meio que presas mesmo. Não considero a estrutura deste Cajun Romão legal para o desenvolvimento, mas acredito que a gente, na medida do possível trabalha fazendo o melhor que dá para fazer com o que a gente tem (PROFISSIONAL1).

Foi possível perceber através dos relatos dos profissionais o esforço profissional dos mesmos que ultrapassa os limites institucionais e também a dedicação em prestar um bom atendimento aos usuários.

Em alguns Cajuns sim, a estrutura ajuda bastante, por exemplo, eu dou aula em dois Cajuns...Romão e [Cajun X], há diferença na estrutura, na estrutura física, a estrutura em tudo ali cara, é totalmente diferente, aquela área é gigantesca, entendeu? Sala para todos os professores, uma quadra dentro do espaço, do lado de fora tem outra quadra da comunidade que nós

podemos usar, agora aqui é complicado, lugar fechado, onde eu tenho um terraço, para utilizar como espaço né e eu acabo perdendo muito com isso né, eles ficam de olho nas coisas que tem em volta, por exemplo: fica todo mundo ali soltando pipa e eu não consigo dar minha aula direito, eles ficam olhando [...] eles falam: tio deixa eu ir embora, quero soltar pipa e como que eu seguro o menino? Entendeu? Então eu acho que alguns Cajuns a estrutura não é muito boa. E isso acaba prejudicando bastante a gente (PROFISSIONAL 2).

Diante do relato profissional 2 compreende-se a falta que faz uma estrutura adequada para poder realizar a sua oficina e como isso se reflete diretamente no desenvolvimento da mesma.

[...] Nós estamos com materiais defasados, com computadores defasados, com internet defasada. Nossa internet é 1 MG para todos os Cajuns. Assim, tem dia que cai e você não consegue fazer nada e querendo ou não, como estamos sem telefone, nossa comunicação é toda pela internet, então se eu não estou atenta ao e-mail que chega e não dou resposta a tempo... isso acontece muito. O local, espaço físico assim, eu acho que falta uma sala para realmente você atender as pessoas. Nós temos uma sala [...] Não da para você ficar lá dentro, não para você atender sempre ali. É difícil! Então, acho que isso assim atrapalha muito. O computador tem dias que você não consegue salvar nada. [...] então assim de espaço físico seria mais os equipamentos, que são péssimos, o espaço em si não é ruim. O Cajun é grande, mas aqui tudo precisa de manutenção urgente. A sala de música precisa de equipamentos de manutenção, então assim o espaço é bom, mas precisa de manutenção e todas as salas são utilizadas. O terraço também é bastante utilizado, só em tempos de guerra¹⁴ que não (PROFISSIONAL 6).

Sendo assim, reconhecem-se quais são os desafios enfrentados diariamente por esses profissionais e mesmo com todos esses impasses não impede que estes profissionais se comprometam se envolvam e se doem nos trabalhos desenvolvidos com as crianças e adolescentes, pois essa equipe tem conhecimento da importância desse Serviço para vida dos usuários e familiares.

Nesse sentido, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009 salienta sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o seu caráter preventivo enquanto um serviço que é:

[...] realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas

¹⁴ Refere-se aqui à guerra de tráfico.

emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009, p. 10).

No que tange os relatos feitos pelos familiares, sobre a contribuição que o Cajun Romão tem na melhora do relacionamento do seu filho em casa, todas as respostas demonstraram satisfação, ao apontarem sobre o impacto desse serviço no desenvolvimento e da sociabilidade das crianças e adolescentes e como isso se refletiu dentro de casa.

Com isso, concorda-se que o convívio é a base do ser social e as atividades socioeducativas têm o poder de tirar a timidez, desenvolver a comunicação, autonomia, cooperação, respeito ao próximo e práticas das regras de convivência (SÃO PAULO, 2007). Essas características foram visualizadas nos relatos de todos os familiares e o relato do familiar 2 e 3 ilustram muito bem algumas dessas características:

Por que quando veem outras pessoas diferentes da convivência dela no dia-a-dia, ela aprende mais coisas, vivência outras situações, diferentes das que ela tem em casa. Eu acredito que isso melhora e muito (FAMILIAR 2).

Ele era fechado pra essa coisa de conversa, agora ele conversa mais, participa mais das coisas de dentro de casa (FAMILIAR 3).

Portanto, a ação socioeducativa, além de ser uma das formas de enfrentamento às desigualdades sociais e promoção da cidadania, também proporciona interação entre crianças e adolescentes, respeito à diversidade, valorização da família e do território. E o que as crianças e adolescentes aprendem no cotidiano do Cajun Romão refletem na relação familiar (SÃO PAULO, 2007).

Em relação aos relatos dos usuários sobre o que eles mais gostam no serviço, foi possível perceber uma grande identificação de 3 usuários com a oficina de Capoeira e com o facilitador da mesma. Isso evidencia uma boa relação entre usuários e o profissional e facilita o desenvolvimento das atividades. Vale salientar que essa oficina contribuiu para a diminuição de conflitos em duas comunidades segundo o relato do profissional 02 e isso mostra o potencial que essa oficina tem em facilitar com que crianças e adolescentes se afastem de situações de risco, mas ela ainda não é o suficiente para acabar com o tráfico de drogas e conflitos de territórios.

Um facilitador de São Pedro estava num projeto há dez anos, ele acabou com um conflito de duas comunidades através da capoeira e acabou, mas, trocaram ele, simplesmente trocaram ele, mandaram ele para um lugar que não tinha nada, e a comunidade está sofrendo com isso, porque começou a guerra de novo (PROFISSIONAL 2).

Essa oficina tem como proposta levar alegria, diversão, respeito à cultura africana, desenvolvimento de equilíbrio, força, reflexo, concentração, coordenação motora e questões importantes no campo afetivo, como o desejo, medo, sonhos entre outros (SÃO PAULO, 2007).

Nessa perspectiva, as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos de 2010 também indicam sobre as atividades a serem ofertadas neste Serviço e suas intencionalidades:

As atividades sugeridas a seguir visam estimular vivências, práticas e experiências na ampliação do universo informacional, cultural e social de crianças e adolescentes. Poderão ser organizadas em diferentes dimensões, aproveitando a experiência e a cultura local, a formação específica de Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficinas, sempre com a preocupação especial de garantir diversidade, qualidade e criatividade. Mas, atenção! O conteúdo a seguir não deve ser visto como única possibilidade de trabalho. Poderá ser adaptado, alterado ou expandido.

» Trabalhando o corpo e a mente

1. Jogos matemáticos
2. Jogos esportivos
3. Jogos recreativos

4. Jogos com palavras (BRASIL, 2010, p. 110).

As atividades socioassistenciais visam possibilitar que crianças e adolescentes conheçam coisas novas, vençam seus medos e limitações, desenvolvam habilidades, aprendam a lidar com ganhos e perdas e busquem aproximá-las da cultura lúdica contemporânea. [...] “O jogo provoca conflitos internos, a necessidade de buscar soluções e é desses conflitos que o pensamento sai enriquecido, reestruturado e apto para lidar com novas transformações” (SÃO PAULO, 2007, p. 21).

Segundo as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos de 2010 as atividades as atividades que ocorrem durante as oficinas tem a finalidade a princípio promover um ambiente onde os usuários desenvolvam a sociabilidade e a partir disso desenvolvam identidades individuais e grupais, através de atividades variadas, realizadas em momentos de convívio e descontração.

No que tange aos relatos dos familiares sobre se Cajun Romão possibilita que o seus filhos valorizem mais o território, dos 4 familiares entrevistados 3 deles mostraram concordância e apenas 1 familiar fez uma crítica da relação do Cajun Romão com a comunidade, evidenciando que os familiares conseguem visualizar as

possibilidades e fragilidades deste serviço, enquanto um SCFV que visa possibilitar fortalecer a convivência familiar e valorização do território.

Pra mim o Cajun investe em nada no bairro. Porque o Cajun tá meio que separado, por exemplo, se tivesse uma ligação de comunidade mais o Cajun, seria uma coisa diferente. Cajun fica aqui em baixo. Por exemplo, trazer um movimento do Cajun lá pra cima, levar lá pra cima da comunidade, pra comunidade dá valor mais e normalmente o Cajun é visto assim: eu não tenho com quem deixar o meu filho depois da aula então eu vou deixar no projeto e não veem o Cajun como forma de desenvolvimento da criança. Faz do Cajun uma babá. Alguns pais veem dessa forma. Mas se a gente desenvolver um projeto dentro do Cajun e levar para a comunidade, vai ser visto de outra forma. Mas requer não só do Cajun, porque o Cajun não se move sozinho, requer das autoridades, da comunidade. Chamar o líder comunitário para estar junto [...] Acho que o desenvolvimento do Cajun, é trabalhar a tensão social da comunidade e os riscos sociais da comunidade. As pessoas que estão de frente deveriam trabalhar organizadas, vir para comunidade, vê como é a realidade dessa comunidade. Deveria trabalhar essa realidade da comunidade dentro do Cajun, fazer essa ligação entendeu de comunidade e Cajun. Na parte comunitária não acho que está sendo fortalecida, mas na parte social com a família sim, tanto que tem esse momento de família e Cajun (FAMILIAR 1).

Diante do relato do familiar 1 percebe-se o desejo que existisse atividades do Cajun Romão em outros espaços mais centrais, para que a comunidade valorizasse mais este Serviço e como a intervenção do Poder Público poderia facilitar essa iniciativa, uma vez que os territórios de abrangência do Cajun Romão tem a grande presença do tráfico de drogas e da violência.

Sim, sem dúvida. Porque a comunidade onde moramos está no bairro vizinho e a escola também está no bairro vizinho e do ponto de vista da minha filha ela não sairia dessa área, por ela já ter tudo que ela necessita no momento, ela entende que isso aqui é o espaço dela, é a comunidade que ela tem que viver. Ai ela valoriza justamente por isso, porque focando os bairros que é onde ela vai pra fazer as atividades, ela valoriza muito essa área aqui. (FAMILIAR 2).

A Familiar 2, 3 4 ilustram nos seus relatos a importância que o território e do Cajun Romão tem para os seus filhos.

Ele gosta daqui (FAMILIAR 3).

Igual, quando a gente ia mudar, a primeira coisa que eles perguntaram foi... e o Cajun mãe? A gente ia para um outro bairro. Ai eles perguntaram: lá vai ter Cajun também ou a gente vai ter que pegar um ônibus pra ir para o Cajun Romão (FAMILIAR 4).

Compreende-se o significado e a importância que o território tem para as famílias e usuários, mesmo que esse local apresente ausência e/ou pouco investimento público, a presença da violência, do tráfico de drogas e homicídio da juventude negra.

Sendo assim, vale ressaltar que o município de Vitória está entre os 100 municípios com as maiores taxas de homicídio de adolescentes de 16 e 17 anos de idade, estando na 12ª posição, agravando ainda mais esta problemática e exigindo [...] “medidas concretas e urgentes para frear a verdadeira pandemia de mortes de jovens” (WAISELFISZ, 2015, p. 60).

Mesmo diante dessa problemática, a perspectiva territorial, sendo um dos eixos da política de Assistência Social, desempenha um avanço inovador, uma vez que o território é visto pra além de um espaço geográfico e considerado como um espaço de sociabilidade, superação da fragmentação de serviços, de luta por garantia de direitos sociais, espaço de relações sociais, interação entre as pessoas e resistência (COUTO et al, 2012).

Segundo as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos de 2010 é importante o conhecer território para os planejamentos das atividades serem desenvolvidas no Serviço de forma eficaz:

Partes fundamentais do planejamento das atividades são o reconhecimento e a construção de diagnóstico local, que poderão ser também uma oportunidade de integração comunitária. A participação ampliada no planejamento das atividades visa ao melhor reconhecimento da realidade, estimulando o exercício das variadas formas de participação e também informando sobre o que é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, como este se organiza no território, do que se trata e quem deverá participar. Basicamente, enfoca estratégias de participação, diagnóstico qualitativo do território/comunidade e identificação das potencialidades e vulnerabilidades locais (BRASIL, 2010, p. 104).

Diante disso, conhecer o contexto, as potencialidades, fragilidades da comunidade, o público a quem se dirige o Serviço, local, número, localização de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social é primordial para que as atividades sejam desenvolvidas na sua plenitude. Caso haja o desconhecimento do que [...] “pensam, sua cultura, onde vivem, seus desejos, características, vulnerabilidades e potencialidades, o planejamento de atividades ficará distante da realidade e dos anseios das crianças, adolescentes e suas famílias” (BRASIL, 2010, p. 105).

Em relação aos relatos sobre o grau de participação dos familiares nas reuniões de pais no Cajun Romão e a importância dessa participação para o serviço e para a vida dos seus filhos, todas as respostas demonstraram concordância com isso e interesse destes pais pelo desenvolvimento de seus filhos no serviço, apesar da recorrente ausência de participação de outros pais. Diante disso, os relatos dos

familiares irão ilustrar o quanto é importante à participação das famílias nas reuniões para que haja a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos seus filhos no cotidiano do Serviço e fora dele.

Acho muito importante o desenvolvimento. A minha filha está sendo assim, na escola é um desenvolvimento, no projeto é um desenvolvimento e em casa é totalmente diferente. Então se eu acompanho na escola, preciso acompanhar como está o desenvolvimento dela no Cajun. Como é o desenvolvimento dela na escola. Ela estava com dificuldade na escola, não dificuldade nas matérias mas no relacionamento. Ela estava falando demais nas aulas e algumas pessoas ela não queria mais por perto. Aí eu vim ao Cajun para saber se era do mesmo modo aqui. Então era só na escola que estava acontecendo isso. Quando eu cheguei em casa eu perguntei o porquê. Acho que ligação de pais e Cajun, que essas reuniões que tem, é pra saber como está o desenvolvimento dos nos filhos no Projeto e se é o mesmo desenvolvimento em casa (FAMILIAR 1).

Sim. Praticamente estou em todas as reuniões. Acho importante que todos os pais pudessem participar vir às reuniões, saber o que está acontecendo, o que os filhos estão fazendo, as atividades que são dadas. Mas infelizmente a gente sabe que nem todos tem essa possibilidade, mas eu acho muito importante (FAMILIAR 2).

Sim, pra saber como que meu filho anda. Dentro de casa eu sei como é mas fora eu não sei como ele age aqui dentro. Acho muito importante vir pra saber o que se passa com ele aqui dentro (FAMILIAR 3).

Sim. porque a gente quer saber como está o desenvolvimento da criança, o que o Cajun tem a oferecer com as atividades. É importante a gente acompanhando os nossos filhos né. Não é só jogar...ah vou colocar no Cajun para eu fazer outras coisas (FAMILIAR 4).

No momento da reunião de pais, os mesmos têm a oportunidade de apreciarem apresentações musicais desenvolvidas pelos seus filhos e também ouvirem dos profissionais desse SCFV qual é o papel dos mesmos nas vidas dos usuários. As Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos de 2010 indicam sobre a importância da participação da família neste serviço:

O envolvimento das famílias é fundamental para o êxito das atividades que serão desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos. Junto com suas crianças e adolescentes, as famílias poderão vivenciar experiências significativas. Por isso, sugerem-se atividades intergeracionais, com trocas culturais, de saberes, discussões de temas comuns, oficinas, atividades extras, entre outras. Nesse sentido, o Serviço deverá estabelecer discussões reflexivas e atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos. A participação de pais e mães, irmãos e de toda a família, quando possível, poderá ser executada, por exemplo, por meio de envolvimento nas atividades, colaborando com a experiência, cada um contando histórias e casos vividos, ensinando canções, danças típicas, brincadeiras, artesanato e relatando suas experiências sobre determinado assunto (BRASÍLIA, 2010, p. 106).

Apesar da importância da participação dos familiares, todos os familiares entrevistados relataram fraca participação dos outros pais nas reuniões que acontecem mensalmente no Cajun Romão. Todas as respostas mostraram críticas relacionadas à ausência de participação e o “desinteresse” dos outros familiares sobre o desenvolvimento dos seus filhos neste serviço. Sobre participação, Demo (2009, p. 19) aponta que [...] “muitas desculpas são justificção do comodismo, já que participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias”.

Os relatos de todos os familiares ilustram sobre a recorrente ausência da participação dos familiares/responsáveis:

Acho que é muito pequena [a participação dos familiares/responsáveis]. Nós tivemos 5 pais na última reunião. Os pais não veem o Cajun como um projeto de desenvolvimento do ser, eles veem o Cajun como um lugar que eu vou levar o meu filho pra não ter problema e não ter que pagar uma pessoa pra fica com ele (FAMILIAR 1).

Eu acho que não é só falta de tempo, porque a gente sabe que hoje em dia você poder ir numa reunião, e ganha uma declaração que você pode apresentar no serviço depois. Acho que é desinteresse mesmo. Muitos não querem participar, não querem saber da vida do filho. Acham que a escola deveria cuidar e fazer tudo aquilo que os pais têm que fazer em casa (FAMILIAR 2).

Alguns sim. Não são todos que participam que gostam muito de participar (FAMILIAR 3).

Muitos pais não querem saber o que é o Cajun. Acham que é só colocar os filhos onde crianças jogam, que as crianças vão brincar e eles podem resolver suas coisas (FAMILIAR 4).

Entretanto, apesar de Demo (2009) enfatizar que a ausência de participação demonstra comodismo e falta de compromisso e ainda os familiares relatarem sobre o “individualismo” e o “desinteresse” pela vida dos filhos por parte dos outros familiares. Não se pode culpabilizar a família por essa ausência, uma vez que a participação não pode ser forçada e exige que o indivíduo compreenda a importância dessa participação para o serviço e para vida dos filhos e que a participação é uma conquista e outra forma de poder. Ou seja, é necessário ter cuidado para que não haja uma super-responsabilização da família diante das situações de exclusão vivenciadas, sobretudo no caso das mais pobres (COUTO et al, 2012).

Em síntese, compreende-se a importância que construção teórica até aqui construída teve para análise dos dados. Ou seja, a partir dela houve a possibilidade

de articular as indicações nacionais, as discussões sobre a importância do convívio familiar, vínculos, território, das atividades socioassistenciais, serviço prestado com os relatos dos familiares, usuários e também de alguns profissionais.

compreende-se a importância e contribuição que a revisão de literatura, sobretudo a experiência enquanto aluna extensionista e pesquisadora na iniciação científica tiveram na interpretação dos dados, possibilitando que pudéssemos ir além da leitura dos dados, com vistas a incluí-los num universo mais amplo, ou seja, nos fundamentos teóricos da pesquisa e conhecimentos acumulados em torno das questões abordadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visou analisar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cajun Romão, contando com a contribuição dos olhares dos usuários do Serviço, familiares e também dos profissionais. Vale ressaltar que com essas contribuições e com a experiência vivenciada no cotidiano desse Serviço enquanto acadêmica foi possível conhecer suas fragilidades e potencialidades e o esforço dos profissionais frente aos impasses enfrentados pelos mesmos no cotidiano deste Serviço e paralelamente como ele é significativo para as crianças e adolescentes.

Foi necessário iniciar a discussão com o atendimento prestado às crianças e adolescentes no Brasil, sobretudo, com as fases que marcaram o atendimento assistencialista e público prestado a esse segmento, que em grande medida, privilegiavam ações pouco humanizadas, punitivas e coercitivas.

Vale destacar que foi apenas o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) promulgado em 1990 diante da ampla defesa em torno dos direitos deste segmento, que a criança e o adolescente passaram a ser considerados sujeitos de direitos e de proteção integral.

Entretanto, mesmo diante dessa conquista, acontecida tardiamente nos marcos do neoliberalismo, se percebe ainda na contemporaneidade a omissão e perpetuação de violações de direitos de crianças e adolescentes, sobretudo, por parte do Estado, que por vezes se desresponsabiliza frente ao atendimento das necessidades desse segmento, transferindo para o terceiro setor suas responsabilidades e tornando e/ou facilitando com que os direitos se tornem precarizados, ameaçados e reduzidos.

Nessa perspectiva, buscou expressar também as conquistas no campo da Seguridade Social evidenciando que Assistência Social foi para o campo do direito e se tornou uma política social pública através da Lei Orgânica de Assistência (LOAS) em 1993. Entretanto, por muito tempo essa área ficou sem a devida atenção do Estado e apenas pautada como um favor e clientelismo, mas passa a ser um campo de defesa e atenção dos interesses dos segmentos mais empobrecidos da sociedade.

Diante disso, com essa conquista inovadora no campo da assistência social e nos anos seguintes com a efetivação e aprovação da Política de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência (SUAS) em 2004, crianças e

adolescentes em vulnerabilidade social puderam contar com serviços, benefícios, programas e projetos que fazem parte da oferta de ações socioassistenciais previstas em lei e destinados não somente a este segmento, mas todos que sofrem com as agruras da desigualdade social.

Exemplificando essas questões temos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 15 anos que está âmbito da Proteção Social Básica e tem como proposta reduzir e a prevenir situações de vulnerabilidades sociais, fortalecer laços familiares e comunitários.

Nesse sentido, o Cajun Romão sendo um (SCFV) deve promover segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009 um espaço de convivência, sociabilidade, formação não formal, o fortalecimento da família no âmbito do território e cidadania na perspectiva de estimular o protagonismo e autonomia de crianças e adolescentes.

Entretanto, ao analisarmos o SCFV Cajun Romão a partir dos olhares dos usuários do serviço, familiares e também a partir de alguns relatos de profissionais identificamos as fragilidades existentes na estrutura física e nas condições de trabalho que conseqüentemente interferem na oferta das oficinas e na dinâmica de trabalho.

Dessa forma, o Conselho Federal de Serviço Social salienta sobre a redução da política de Seguridade Social, uma vez que atual conjuntura é de cortes de gastos, sobretudo para o social e essas questões foram notórias na análise sobre o Serviço.

Todavia, vale ressaltar que mesmo com todas as problemáticas observadas, este Serviço tem uma grande relevância para os usuários e familiares e também para o território, sendo isto percebido nos relatos dos mesmos.

Por fim, a vivência acadêmica foi fundamental para este estudo, pois possibilitou enriquecimento acadêmico, uma aproximação maravilhosa com os usuários do Serviço, produção de conhecimento, sobretudo, em específico sobre o SCFV Cajun Romão. E espera-se que este estudo possibilite melhoras neste Serviço, pois esse tema é importante para os usuários, famílias, comunidade e profissionais que trabalham diretamente com estes usuários. E compreende-se a importância e contribuição que a revisão de literatura, sobretudo a experiência enquanto aluna extensionista e pesquisadora na iniciação científica tiveram na interpretação dos

dados, na ampliação do conhecimento sobre o tema e possibilitando que pudéssemos ir além da leitura dos dados, com vistas a incluí-los num universo mais amplo, ou seja, nos fundamentos teóricos da pesquisa e conhecimentos acumulados em torno das questões abordadas.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Dulce Maria T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: Martinelli, Maria Lucia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

BAUER, M. W; GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 64-89.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BONI, Valdete. QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n.1, jan/jul. p. 68-80, 2005.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>. Acesso em 29 out. 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. SALVADOR, Evilásio. **O Financiamento da Seguridade Social no Brasil no período 1999 a 2004: Quem paga a Conta**. 2006. Disponível em:<http://www.sindifisconacional.org.br/images/justica_fiscal/RGPS/textos_artigos/o-financiamento-da-seguridade.pdf> Acesso em: 29 out. 2015.

BRASIL. **Caderno de Orientações Metodológicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília: MDS. Jul. 2010.

Disponível em:

http://www.fnpeti.org.br/arquivos/publico/Documentos/FNPETI/Anexos_Atas/2010/Anexo_II_MDS.pdf> Acesso em 29 out. 2015.

BRASIL. Casa Civil. LEI 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Planalto, 2015a. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm>. Acesso em: 29 de out. 2015.

BRASIL. Casa Civil. LEI nº 12. 852, de 5 de agosto de 2013. **Dispõe sobre o Estatuto da Juventude**. Brasília: Planalto, 2015b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 29 out. 2015.

BRASIL. Casa Civil. LEI nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 . **Dispõe sobre a Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: Planalto, 2015c. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

BRASIL. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em:

<<file:///C:/Users/aluno/Downloads/Concepcao%20de%20Convivencia%20e%20Fortalecimento%20de%20Vinculos.pdf>> Acesso em: 29 out. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Dispõe sobre o Projovem Adolescente-Institucional: perguntas frequentes**. Brasília, 2012.

Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projovem-adolescente-15-a-17-anos/projovem-adolescente-institucional>>. Acesso em: 21 out. 2015.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Resolução nº 269 de 26 de dezembro de 2006. Disponível em:

<file:///C:/Users/aluno/Downloads/NOB-RH_08.08.2011.pdf>. Acesso em: 29 out. 2015.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS: Anotada e Comentada**, Brasília: MDS, 2011. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf>. Acesso em: 29 out. 2015.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos**. Brasília, MDS, 2010.

Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_peti.pdf>. Acesso em: 9 out. 2015.

BRASIL. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010. **Conselho Nacional de Juventude**. Mar. 2011. Disponível em:

http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/download_reflexoes_sobre_PPJs_2003_-2010_1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2015.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL). **Resolução nº 109**. 11 nov. 2009. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acesso em: 29 out. 2015.

BROTTO, Tullio Cezar de Aguiar; OLIVEIRA, Geiziane Cristina Menezes de. PATROCÍNIO, Marielle Kelly do. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Estado do Espírito Santo: Conceito, situação atual e orientações gerais**. Cartilha de Orientações Técnicas. Espírito Santo, p. 1-76. 2014.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social: alguns aspectos relevantes para discussão. In:_____. **Concepção e gestão da proteção não contributiva no Brasil**, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, UNESCO, p. 87-132, 2009.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2011, Brasil. **Anais...**Brasil, 2011.

COUTO, Berenice Rojas Couto et al.(Orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DESLANDES, Suely Ferreira et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FERREIRA, Fernanda de Carvalho. COSTA, Wayne Barbosa dos Santos. Caminhando Junto ao Mundo do Circo. **Revista da Jornada Científica da Assistência Social de Vitória**, Vitória, n. 02, 2012. Disponível em: <www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20121101_2revista_cientifica_semas.pdf>. Acesso em: 29 out. 2015.

GARCIA, Eliane Moreira N et al. Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares de Crianças e Adolescentes no SUAS Vitória . **Revista da Jornada Científica de Assistência Social de Vitória**, Vitória, n. 2, p. 1- 33, out. 2012. Disponível em: <www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20121101_2revista_cientifica_semas.pdf>. Acesso em: 29 out. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6.d. São Paulo: Atlas, 2009.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. In: **Revista de la CEPAL**. Santiago do Chile, n.75, p.171-189. dec. 2001. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/6/19326/katzman.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

LONGO, Isis S. Ser criança e adolescente na sociedade brasileira: passado e presente da história dos direitos infante juvenis. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 3., 2010, São Paulo. **Anais...**São Paulo: Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES), 2010. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092010000100013&script=sci_arttext/>. Acesso em: 18 set. 2015.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. O tempo do SUAS. **Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n. 87, v. 7, p. 76-95, set., 2006.

MANFROI, Vania Maria. A Política Social para Crianças e Adolescentes no Governo Lula: Mudança ou Continuidade?. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...** Belo Horizonte. mai./jun. 2005. Disponível em: [file:///C:/Users/aluno/Downloads/sbs2005_gt22_vania_manfroi%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/aluno/Downloads/sbs2005_gt22_vania_manfroi%20(2).pdf)>. Acesso em: 29 out. 2015.

MENDES; Emilio Garcia. COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Das Necessidades ao Direito: Serie Direitos da Criança**. São Paulo: Malheiros Editores, 1994.

MINAYO, Maria Cecília S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? In: **Cadernos de Saúde Pública**. v. 9. n. 3. Rio de Janeiro.

Jul./set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 01 ago. 2009.

MUNIZ, Egli. **Os Serviços de proteção social**: um estudo comparado entre Brasil e Portugal. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo Netto. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de Oliveira. **Cultura Política e Assistência Social**: uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.

PASSONE, Eric Ferdinando; PEREZ, José Roberto Ruz. Políticas Sociais de Atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 649-673, maio./ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

PEREIRA, Luis Carlos Besser. O governo Dilma frente ao "tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n.95. mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-33002013000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 set.2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. P. **Necessidades Humanas**: Subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene et al (Orgs). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais e da legislação e da assistência no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. **O século Perdido**: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROBERTI JUNIOR, João Paulo. Evolução Jurídica do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. **Revista da Unifebe (Online)**, p. 105-122, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20121/artigo025.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

SÃO PAULO. Parâmetros socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens: Igualdade como direito, diferença como riqueza: **Caderno 1**: Síntese / CENPEC –São Paulo SMADS ; CENPEC ; Fundação Itaú Social, 2007.

SARTOR, Carla Daniel; MARTINS, Aline de Carvalho; SILVA, Nívia Carla Ricardo da. As novas configurações das políticas sociais: tendências contemporâneas e mecanismos de resistência e universalização. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, n.7, v. 7, p. 115-157, jan./jun.,2002.

SILVA, Soraya P.; QUIMELLI, Gisele A. de Sá. A extensão universitária como espaço de formação profissional do assistente social e a efetivação dos princípios do projeto ético-político. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, 2006. p. 279-296. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/83/81> >. Acesso em 29 out. 2015.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL' AGLIO, Débora Dalbosco. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. In: **Revista psicologia e sociedade**. Florianópolis. p.262-271, maio/agos. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822011000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 set. 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas sociais. **Revista Serviço Social**, Londrina, v.16, n.1, p. 05-18, jul/dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/l052O6W43ac8A78E4c81.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400009&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 out. 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

VIEIRA, Marcia Carvalho. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. 2015. Entrevista concedida a Kenia Tolentino Santos, Vitória, 12 out. 2015.

WAISELFISK, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: adolescentes de 16 a 17 anos do Brasil. Rio de Janeiro, jun. 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf>. Acesso em: 29 out. 2015.

YAMAMOTTO, Oswaldo Hajime. OLIVEIRA, Isabel Fernandes. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília. v. 26. nsp, p. 9-24, 2010.

APÊNDICE A

Roteiro Entrevista Semi-estruturada para os familiares dos usuários do Cajun Romão

- 1) Em sua opinião, o Cajun ajuda a melhorar o relacionamento do seu filho em casa? Por quê?
- 2) Em sua opinião, quais foram as mudanças que você notou no seu filho a partir da entrada dele no Cajun?
- 3) Em sua opinião o Cajun possibilita que o seu filho valorize mais o território? Por quê?
- 4) Qual o seu grau de participação nas reuniões de pais no Cajun? Você acha importante a sua participação? Por quê?
- 5) Você acha que a participação dos pais nas reuniões é grande ou pequena? Há interesse na participação?

APÊNDICE B

Roteiro Grupo Focal

- 1) O que significa o Cajun para você?
- 2) O que mais gosta no Cajun?
- 3) O que não Gosta no Cajun?
- 4) O que em sua opinião poderia ter no Cajun que não há?
- 5) Como você avalia o espaço do Cajun?
- 6) Como você avalia os educadores do Cajun?
- 7) Como você avalia o coordenador do Cajun?

ANEXO A

 PREFEITURA DE VITÓRIA		CARTA DE APRESENTAÇÃO <i>leona</i>			
Número	Origem	Destino	Data	Emitida por	Recebida por
44	SEMAS/GGAS	SEMAS/GSC/COORD. CAJUN	05/11/2014	LEONARA	<i>R. Penha</i> 22/01/2015
Resumo do Assunto:					
ENCAMINHAMENTO DE PESQUISADOR					
Texto					
<p>Prezado(a) Coordenador(a),</p> <p>O projeto de pesquisa intitulado: "Análise do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cajun-Romão", da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, da autoria das pesquisadoras Kênia Tolentino Santos e Maria da P. Guimarães da Conceição, foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da SEMAS para sua realização. Tal atividade é para Iniciação Científica.</p> <p>Ressaltamos que as pesquisadoras foram orientadas que a liberação está condicionada à devolução dos resultados em forma impressa e em CD no Centro de Documentação (CEDOC) da SEMAS:</p> <p>Sendo assim, solicitamos que as pesquisadoras sejam recepcionadas e que a pesquisa seja viabilizada por esta Unidade de Atendimento.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p> Leonara G. Ribeiro Coordenadora da Gestão do Trabalho SEMAS/GGAS/CGT</p>					

SEMAD/APO-090

ANEXO B**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário de uma pesquisa cuja perspectiva é Analisar se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cajun Romão contribui para o convívio e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, considerando a visão das crianças e adolescentes atendidos e dos familiares. Sua colaboração é de fundamental importância para realização da pesquisa. Cabe destacar que não se trata de uma participação obrigatória e não acarretará custos. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Informações sobre a pesquisa

Titulo do projeto: “A Política de Assistência Social voltada à criança e o adolescente: O Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos Cajun Romão.”

Professor orientador responsável: Camila Lopes Taquetti

Aluna: Kenia Tolentino Santos

Telefone para contato: (27) 98156-2170

Email para contato: keniatsans@hotmail.com

Esta é uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvida por uma estudante de Serviço Social. Sua participação consistirá na participação de uma entrevista com a pesquisadora, momento que será gravado, falado e registrado em documento pessoal da mesma e também via aparelho digital. Posteriormente a finalização da pesquisa, os arquivos gravados serão destruídos, evitando assim o acesso de outras pessoas aos dados coletados. Não existem eventuais riscos ou benefícios diretos à sua pessoa relacionada à participação nesta pesquisa. As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo absoluto. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação. Você receberá uma cópia deste Termo onde consta os contatos do pesquisador, com quem poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação em qualquer momento de realização da mesma. Você também poderá se informar sobre a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

Consentimento do Sujeito da pesquisa

Eu, _____, declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar da pesquisa. Declaro esta ciente e esclarecida da pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.

Consentimento do responsável (no caso das crianças e adolescentes)

Eu, _____, responsável pelo educando, _____ declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado que sou livre para escolher concordar ou me recusar a autorizar o educando a participar da pesquisa. Declaro estar ciente e esclarecido da pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios,

garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.

Assinatura do participante

Assinatura do responsável

Assinatura do pesquisador